DIARIO de PERNAMBUCO 200

SEXTA-FEIRA Recife, 7 de fevereiro de 2025 nº 038

diariodepernambuco.com.br

O JORNAL MAIS ANTIGO EM CIRCULAÇÃO NA AMÉRICA LATINA. 199 ANOS DE CREDIBILIDADE

1825 - 2025 FALTAM 268 DIAS

Temporal na RMR

RAFAEL VIEIRA/DP FOTO



Pessoas em áreas de risco não dormem em período de chuva

Diario ouviu vizinhos das vítimas do deslizamento de barreira no Córrego da Bica, que não têm paz e vivem a ansiedade de ficarem sob a lama em dias de temporais. Nos casos de morte por choques elétricos - foram três na Região Metropolitana -, municípios têm responsabilidade objetiva e concessionárias podem até responder por homicídio culposo. Vida Urbana 10, 11 e 12

Federação, Sport e Santa se juntam contra organizadas Esportes 16

VITAL FARIAS

Parte o autor de grandes clássicos

Paraibano de Taperoá, ele não resistiu a um choque cardiogênico e morreu, ontem. Farias tinha 82 anos e assinou obras inesquecíveis da música brasileira como *Ai que saudade d'ocê* e *Moça bonita*. Viver 7



REPRODUÇÃO/FACEBOOK

RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

BLOCO NÃO ESTÁ SATISFEITO COM O PSD, DIZ HUMBERTO

Senador disse que petistas buscam criação de novo grupo com PSB e PDT. Política 4

GOL E AZUL

FUSÃO DE CIAS AÉREAS PODE ELEVAR PASSAGENS

Negociação, se efetivada, poderá reforçar oligopólio no mercado brasileiro. Economia 5


ISSN 1807-7072

9 771807 707027

sac
(81) 9217 0191 (whatsapp)
sac@diariodepernambuco.com.br



assinaturas
(81) 3320 2020
Fotografe o QR code e acesse a página para fazer a sua assinatura do **Diario**

nas redes
YouTube **diariodepernambucotv**
Instagram **@diariodepernambuco**
Facebook **Diario de Pernambuco**
X **@DiarioPE**

Anuncie no **classi***líder* **(81) 3320-2020**
classilider@diariodepernambuco.com.br
editais@diariodepernambuco.com.br
comercial@diariodepernambuco.com.br



por uma prática sustentável, **recicle o seu**

E-mail: opiniao.pe@diariodepernambuco.com.br

*Os artigos publicados nesta página são de responsabilidade dos seus autores e não refletem necessariamente a opinião do jornal.



Pedro Leonardo Lacerda *

A violência relacionada ao futebol: um fenômeno de massa que aflige nosso estado (1ª parte)

A Constituição Federal de 1988, ao atribuir ao estado o monopólio legítimo da força, estabelece um poder-dever claro e inescusável de garantir a ordem pública, a segurança e a paz social.

Em Pernambuco, esse democrático monopólio precisa ser mais adequadamente exercido quando se percebe o crescimento brutal da violência em vias públicas, em dias de partidas de futebol. Este fenômeno criminal que vem sendo erroneamente ligado aos tradicionais clubes de nosso estado, tem raízes mais profundas na estrutura social de nossa sociedade.

É imperativo que o estado, aqui considerando enquanto ente federativo, sem que essas linhas tenham qualquer objetivo político-partidário, venha a atuar por meio de ações firmes para coibir essa violência absurda, sem cair na armadilha de estigmatizar injustamente um setor da sociedade que precisa, na verdade, de atenção e inclusão, qual seja a importante cadeia produtiva da Indústria do Futebol.

Vários estados das regiões Norte e Nordeste fomentam a Indústria do Futebol através de programas e patrocínios destinados aos clubes existentes em seus territórios. A referida medida, para muito além da esfera desportiva, promove o desenvolvimento e toda a cadeia produtiva ligada ao esporte, gerando expressivos resultados na economia local e na arrecadação tributária estadual e municipal, fato há muito incompreensivelmente abolido pelo nosso poder público estadual.

A violência, em sua essência, é um fenômeno complexo e multifacetado, intrinsecamente ligado à natureza humana. Desde os tempos antigos, a violência tem sido objeto de estudo das ciências humanas, como o Direito, a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia. Cada uma dessas disciplinas oferece uma lente diferente para compreender os fatores que geram a agressão, a intolerância e o comportamento antissocial.

Nesse contexto, é fundamental que a questão da violência relacionada ao futebol em Pernambuco, que não é patrocinada pelos clubes, Federação Pernambucana de Futebol, dirigentes e verdadeiros torcedores, seja abordada de forma multidisciplinar, para que possamos entender suas dimensões e propor soluções mais eficazes.

As “torcidas organizadas” de Pernambuco, frequentemente apontadas como responsáveis pela violência no futebol, são, em muitos casos, compostas por jovens oriundos de bairros periféricos, historicamente marginalizados e com pouco acesso a políticas públicas de educação, saúde e segurança.

Essa realidade social cria um “caldo de cultura” propício para o desenvolvimento de comportamentos violentos, uma vez que esses jovens, em sua maioria pardos e negros, têm sido historicamente invisibilizados pela sociedade e pelo estado, que muitas vezes parecem negligenciar suas necessidades e expectativas.

É preciso compreender que, em sua grande maioria, esses jovens buscam no pertencimento a uma torcida um sentido de identidade e solidariedade, algo que é comum a todas as culturas humanas. O problema, no entanto, surge quando esse pertencimento se transforma em violência, em um cenário de radicalização e confronto, que em nada deve ser confundido com a verdadeira essência do futebol, que deveria ser uma celebração da união e da fraternidade.

*** Advogado – Gestor de Futebol CBF Academy**




Sérgio Rodrigues* e Sandro Prado**

O protecionismo de Trump, a guerra comercial global e o Brasil

O retorno de Donald Trump ao governo dos Estados Unidos, em 20 de janeiro de 2025, e sua política de ultra direita autoritária nacionalista reacendem preocupações sobre os impactos das políticas protecionistas norte-americanas em um contexto de uma economia global interconectada.

Com a recente imposição de tarifas de 10% sobre os produtos chineses enviados para os EUA e a retaliação da China com tarifas de 15% sobre carvão e gás natural liquefeito, além de 10% sobre petróleo bruto e máquinas agrícolas, o mundo observa atentamente os desdobramentos dessa disputa comercial.

Em seu discurso no Fórum Econômico Mundial, Trump reiterou seu compromisso com uma agenda protecionista, incluindo tarifas sobre produtos vindos da China, União Europeia, México e Canadá. Apesar disso, as medidas contra o México e o Canadá foram postergadas para março, enquanto as tarifas contra a China já entraram em vigor.

Os Estados Unidos são o nosso segundo maior parceiro comercial, com destaque para exportações de bens da indústria de transformação. Esses setores, que respondem por 78% das vendas brasileiras aos EUA, são vulneráveis a restrições tarifárias. O histórico de políticas comerciais de Trump mostra que produtos com valor agregado, como itens metalúrgicos e siderúrgicos, devem ser alvos de sua política protecionista.

A imposição de tarifas reduz a competitividade dos produtos brasileiros no mercado americano, transferindo parte do custo adicional para os exportadores. Esse efeito é amplificado pela possível valorização do dólar, reduzindo as receitas em moeda local. No entanto, a recente desvalorização do dólar e a incerteza sobre a implementação dessas tarifas, oferece um alívio momentâneo ao nosso país. Para a balança comercial brasileira, isso significa a possibilidade de mantermos em 2025 o bom superávit que tivemos em 2023 e 2024, enquanto medidas concretas, de retaliação tarifaria a produtos importados do Brasil não são adotadas por Trump.

Embora os Estados Unidos sejam um parceiro estratégico, a China permanece como o maior destino das exportações brasileiras, respondendo por 28,6% do total em 2024. A escalada das tensões comerciais entre China e EUA pode impactar diretamente o Brasil. Caso a economia chinesa desacelere devido à guerra comercial, a demanda por comodities brasileiras, como soja, minério de ferro e petróleo, pode cair, pressionando a nossa balança comercial. No entanto, as tarifas impostas pela China sobre o petróleo norte-americano podem abrir espaço para que aumentemos nossa participação no mercado chinês. Em 2024, exportamos em média 720 mil barris diários para a China, e essa demanda pode crescer como alternativa às exportações norte-americanas.

A imposição de tarifas reduz a competitividade dos produtos brasileiros no mercado americano

Outro aspecto central dessa disputa é a guerra tecnológica. A recente queda das ações da Nvidia em US$ 600 bilhões, devido ao avanço da startup chinesa DeepSeek no setor de inteligência artificial, evidencia o impacto das restrições comerciais sobre a liderança tecnológica americana. Apesar das sanções impostas pelos EUA sobre a exportação de semicondutores para a China, empresas chinesas demonstraram capacidade de inovação mesmo sob restrições. Isso reforça o argumento de que barreiras comerciais podem ser ineficazes diante da crescente autonomia tecnológica chinesa.

A aplicação de maiores tarifas a parceiros comerciais e o consequente aumento de preços domésticos nos EUA, causará inflação, forçando o FED a manter ou mesmo aumentar as taxas de juros por períodos prolongados. Essa política monetária restritiva aumenta a atratividade dos ativos americanos, levando à migração de capitais para os EUA. Países emergentes, como o Brasil, enfrentariam maiores dificuldades para atrair investimentos externos, agravando significativamente a volatilidade cambial e os custos de financiamento

Embora a dependência econômica do Brasil em relação aos Estados Unidos permaneça significativa, avanços na diversificação de parceiros comerciais e no fortalecimento de novas frentes diplomáticas são importantes para reduzir a vulnerabilidade do país a medidas unilaterais de outras nações.

*** Advogado e professor universitário**
**** Economista e professor universitário**

DIARIOdePERNAMBUCO
Fundado em 1825 por Antonino José de Miranda Falcão



DIRETORIA

Presidente Carlos Frederico A. Vital | **Diretora de Jornalismo** Paula Losada | **Diretor de Redação** Ricardo Novelino

Editora-executiva: Tatiana Notaro | **Chefe de reportagem**: Carlos Lopes
Editores: Amanda Azevedo, Flávio Adriano, Gustavo Lucchesi, Marcos Leandro, Pedro Ivo Bernardes e Wladmir Paulino. **Coordenador de arte:** Ira Oliveira

COMO ENTRAR EM CONTATO COM O DIARIO:
Leitor: **81 2122 7500** - assinante: **81 3320 2020** - Depart. Comercial e Marketing: **81 2122 7888/7892**

VENDA AVULSA

Localidade	TERÇA a SEXTA	SUPER EDIÇÃO
PE	R$ 3,00	R$ 5,00
PB	R$ 3,00	R$ 5,00
Outros estados	R$ 4,00	R$ 8,00

ASSINATURAS*

	PE / PB	Outros estados
segunda a domingo:		
anual	R$ 990,50	R$ 1.877,00
semestral	R$ 495,25	R$ 938,50
sábado e domingo:		
anual	R$ 260,00	R$ 624,00



Baixe o nosso novo app: DP DIGITAL Disponível na Play Store e na App Store



por Ricardo Dantas Barreto

Diario político

diariopolitico@diariodepernambuco.com.br

Pressão nos partidos

O senador Humberto Costa (PT) acredita que o presidente Lula (PT) anunciará mudanças no seu ministério na próxima semana, contudo não acredita que os partidos que hoje ocupam cargos indicarão mais nomes. Na sua opinião, alguns poderão ganhar espaços relevantes. Citou como exemplo o PSD, que poderá receber um ministério mais consistente que o da Pesca e Aquicultura, hoje comandado por André de Paula. Ele é cotado para assumir a pasta do Turismo. Só que a conversa terá de ser outra, acredita Humberto. Segundo ele, 11 cargos de 1º escalão estão com siglas que não deram qualquer garantia para o retorno esperado em votos no Congresso Nacional. "Acho que agora o Governo vai exigir uma contrapartida. Espero que faça isso e imagino que vai fazer", diz. Questionado sobre quem deveria dar essa pressão, Humberto respondeu: "Quem coordena é aquele grupo, os chamados palacianos. Mas quem tem mais poder nisso é a questão das relações institucionais. Não somente Alexandre Padilha, como também os líderes". Na avaliação do senador petista, esse é o momento de corrigir o erro ocorrido na composição dos ministérios. Um dos alvos do Centrão é o Ministério da Saúde pelo orçamento e capilaridade que tem. A ministra Nisia Trindade, inclusive, já foi cobrada pelo próprio presidente Lula. Humberto avalia que ela não faz uma gestão ruim. Observa que entre os problemas estão o fato de ela não ter origem política e por padecer da mesma deficiência que o Governo tinha: má comunicação para divulgar o que tem feito.

Além da disputa no PT

Em julho, haverá eleições para escolha dos novos diretórios estaduais do PT e, em agosto, da Executiva Nacional. O senador Humberto Costa defende que o partido aproveite o PED para fazer uma grande mobilização e discutir grandes teses para apresentar ao País. No entanto prevê disputas internas. "Se der para fazer chapa única, melhor. Mas não dá", admite.

Avaliação da resposta

O presidente da Alepe, Álvaro Porto (PSDB), distribuiu cópias da resposta do Governo Estadual sobre os motivos do atraso no pagamento das emendas parlamentares de 2024. Cada um vai avaliar as justificativas para se posicionar. A resposta foi entregue quarta-feira.

Serviço do TRE

Devido às chuvas, o ponto do TRE para cadastramento biométrico e regularização eleitoral, que deveria ter iniciado na última quarta-feira, só começa a funcionar hoje no Shopping Guararapes, em Jaboatão. Agendamento é através do portal *www.tre-pe.jus.br.*

Vítimas de alagamentos

A vereadora Jô Cavalcanti (Psol) propôs a criação da Frente Parlamentar de Monitoramento de Enchentes e Alagamentos, na Câmara do Recife. Nas chuvas desta semana, houve sete mortes na RMR, sendo cinco na Capital. As duas pessoas eletrocutadas e a que se afogou foi justamente devido aos alagamentos nas ruas recifenses.

Resposta sobre atraso das emendas chega à Alepe

Pedido de informação foi feito no último dia 7 de janeiro, uma semana após a governadora avisar que os recursos não seriam pagos no dia 30 de dezembro

O Governo do Estado já encaminhou à Assembleia Legislativa de Pernambuco as respostas ao pedido de informação sobre os motivos que levaram ao atraso no pagamento das emendas parlamentares referentes ao ano de 2024.

O documento foi entregue às 17h40 da quarta-feira (5), no Protocolo, já que não houve expediente na Assembleia devido às fortes chuvas. O gabinete do presidente Álvaro Porto (PSDB) tomou conhecimento, na manhã de ontem, e avaliará o conteúdo.

O pedido de informação foi remetido ao Palácio do Campo das Princesas, no dia 7 de janeiro. Foi uma semana depois de a governadora Raquel Lyra (PSDB) informar que os recursos não seriam liberados no dia 30 de dezembro de 2024. O prazo de 30 dias para o Governo responder terminaria ontem.

Além de respostas, a Assembleia Legislativa solicitou uma auditoria especial ao Tribunal de Contas do Estado (TCE). O pedido foi acatado e a auditoria está a cargo do conselheiro Marcos Loreto.

Na última terça-feira (4), foi publicado o Decreto 58.089 no Diário Oficial, garantindo créditos no valor de R$ 83.081.122,46 para o pagamento do restante das emendas do ano passado. Até o momento foram liberados pouco mais de R$ 54 milhões propostos pelos deputados estaduais no orçamento estadual. O Decreto, contudo, não estabelece prazo e nem a forma como as emendas serão pagas. Mas garante que serão com recursos do orçamento de 2025.

No relatório sobre os problemas para os pagamentos, o Governo cita problemas nos planos de trabalho das entidades e prefeituras beneficiadas, erro de CNPJ, envio para secretarias que não seria o destino correto, entre outros. (**Blog Dantas Barreto**)



RAFAEL VIEIRA/DP FOTO

Relação entre Porto e Raquel ficou ainda mais tensa

Garantia de emendas em ano eleitoral

Os deputados estaduais Débora Almeida (PSDB) e Luciano Duque (SD) apresentaram uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para garantir que as emendas parlamentares, destinadas às entidades, sejam liberadas durante o período eleitoral. Atualmente, a legislação impede que o Poder Executivo repasse os recursos.

Esse foi um dos motivos que levou o Governo do Estado a atrasar o pagamento de grande parte das emendas impositivas em 2024, como consta na justificativa enviada à Assembleia Legislativa, na última quarta-feira (5).

Luciano Duque disse que o projeto atende ao pleito da Associação Nacional das Entidades Filantrópicas e que em outros estados do país já é permitido. Ele argumenta que muitas entidades ficam sem receber os recursos e deixam de realizar ações importantes.

"Emenda parlamentar para entidades não tem viés político e por isso não pode haver impedimento. Já apresentamos a PEC conjuntamente e agora começa a tramitar nas comissões da Assembleia", disse o deputado.

Duque avisa que a PEC não vale para as emendas destinadas às prefeituras e, portanto, em período eleitoral os repasses continuarão travados.

"As emendas são legítimas, necessárias e um direito dos parlamentares. O Governo garantiu e os recursos estão empenhados", afirma Débora Almeida (**Blog Dantas Barreto**)



por Leandro Mazzini, com equipe DF, SP e RJ

Esplanada

diariodepernambuco.com.br

Furando o tanque

Há dois anos a Coluna denuncia em 1ª mão o avanço da facção PCC no setor de combustíveis, com a compra de formuladoras e centenas de postos de através de uma rede de laranjas. A operação cresceu em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e começou a entrar no Centro-Oeste, já sabem as Polícias Civis. Mas agora a situação vai ficar feia para o bando. O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, anunciou uma força-tarefa com a Polícia Federal para investigar as ações dos criminosos no setor, a lavagem de dinheiro e sonegação. A tempo, porque junto com a bomba de gasolina a facção também começou a negociar cigarro de marcas duvidosas e contrabandeado nestes postos. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, numa palestra ano passado já apontou que seriam mais de 400 postos nas mãos da facção no Brasil.

Fogo amigo

Apesar do apelo pessoal do presidente Lula da Silva, o ministro da Defesa, José Múcio, está se segurando o máximo na cadeira para evitar constrangimentos com o chefe. A novidade é o fogo-amigo fora do gabinete. Grãos petistas apontam o dedo o acusando de ser muito aliado dos militares e pouco do PT. Como se isso fosse demérito. O potencial futuro ministro da Defesa é Lewandowski. Outro da cota pessoal de Lula.

Lula lá!

Assessor especial da Presidência, Celso Amorim começou com discrição as tratativas para – a tentativa de – uma visita de Lula à Ucrânia e à Rússia, na mesma rota. Todavia, até isso acontecer, a despeito de propor o fim da guerra, Lula terá posição concreta para quem vai aliviar: Tudo indica que para Vladimir Putin. O comércio bilateral com a venda de carnes e a dependência dos fertilizantes russos para o agro brasileiro explicam.

Vitória dos servidores

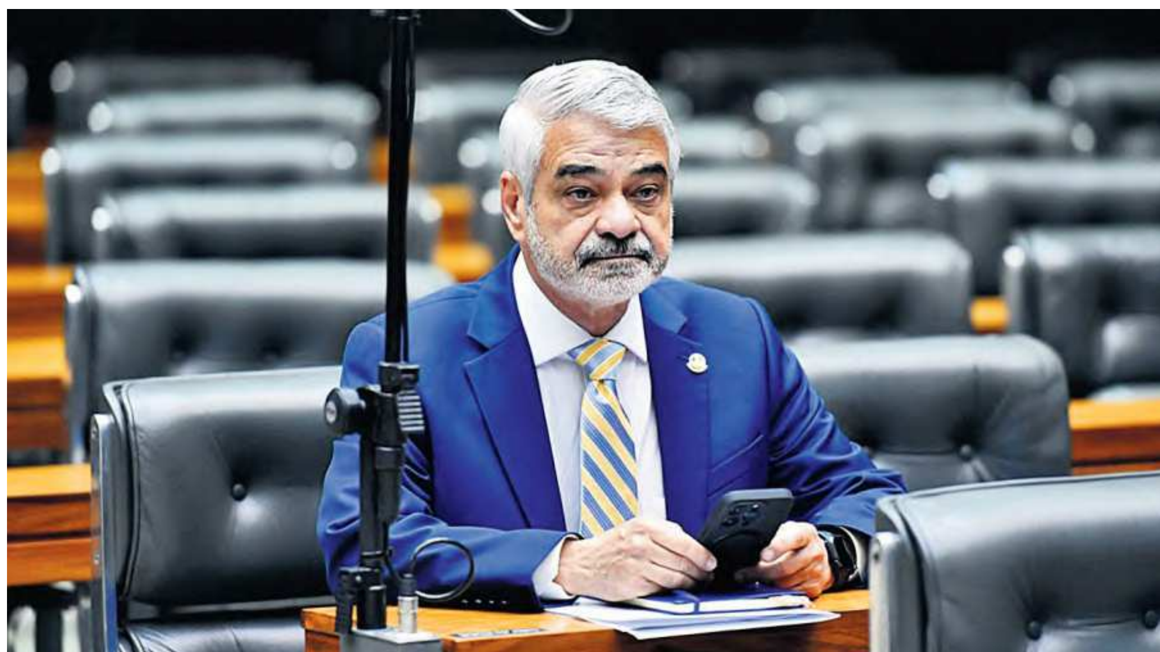
Depois de derrotar o candidato preferido da ala privada da Eletrobras, o ex-superintendente da Eletronuclear Celso Guimarães foi nomeado para a presidência da Real Grandeza, o fundo de pensão dos servidores de Furnas e Eletronuclear, que administra R$ 20 bilhões. Foi uma derrota para o comando privado da empresa, que tentou até no "tapetão" uma forma de emplacar um nome do grupo no fundo.

Entrou na fila

Reeleito pela 1ª vez na história como o presidente mais votado da ALERJ (com 70 votos), o deputado Rodrigo Bacellar (União) tem se destacado com uma gestão que rende elogios da direita, esquerda e centro - sendo reconhecido por políticos do PSOL, PT, PCdoB, PDT e PL. E com presença forte na Assembleia, seu nome já é citado para disputar o Governo do Rio de Janeiro nas eleições de 2026. A conferir

Pluralidade

Um cidadão entrou no site da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) para fazer uma inscrição para um curso e se deparou com a pluralidade que considerou demasiada num campo para preencher sobre o seu gênero: Homem cisgênero e transgênero, mulher cisgênera e trans. Pessoas não-binária do sexo feminino ou masculino.



EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

Humberto vê melhora na gestão de Raquel Lyra: "mas deixa a desejar na questão política"

"Estamos altamente insatisfeitos com o PSD"

Senador Humberto Costa (PT) falou sobre o bloco de partidos formado no Senado. Segundo ele, a bancada petista se sente preterida nas indicações na Casa

A nova legislatura iniciou em 1º de fevereiro e alguns partidos estão revendo as composições do blocos no Senado, para que possam ocupar mais espaços nas comissões permanentes. Ontem, o senador Humberto Costa (PT) admitiu que o bloco Resistência Democrática formado pelo PT, PSB e PSD tende a ser desfeito e foi claro ao declarar a razão. "Estamos altamente insatisfeitos com o PSD, que é quem lidera", revelou o petista. Juntas, as três bancadas reúnem 28 senadores, sendo 14 do PSD, 10 do PT e 4 do PSB. No entanto, como a sigla social-democrata é que tem a liderança, a bancada petista se sente preterida nas indicações para comissões e outras funções no Senado.

Segundo ele, não está descartado que o bloco continue mais dois anos, mas os petistas estão buscando a alternativa de criar um novo grupo com o PSB e PDT. Caso o acordo seja firmado, o bloco com essas três legendas teria 17 parlamentares, somando com os 3 pedetistas. Para isso, o PDT terá que deixar o bloco com Podemos e PSDB.

ALIANÇAS DE 2026

Além de continuar no mesmo bloco com o PSB no Senado, Humberto Costa avalia que o PT tende a seguir aliado ao PSB nas eleições de 2026. No entanto, a estratégia nacional é que definirá os rumos porque as prioridades serão reeleger o presidente Lula e formar bancadas fortes no Senado e na Câmara Federal.

Atualmente o vice de Lula é Geraldo Alckmin (PSB) que, segundo Humberto, "é de uma fidelidade extraordinária". Mas outros partidos estarão de olho na vaga. "O MDB deve vir para a coligação e vai reivindicar a vice", prevê. O senador também já lista legendas que, mesmo ocupando ministérios, tomarão outro rumo. "Acho que o PSD não vai coligar", disse.

De acordo com o senador petista, o PT tende a seguir aliado ao PSB nas eleições do ano que vem

PERNAMBUCO

Questionado como ficaria em Pernambuco, já que o PT é da base do provável candidato do PSB ao Governo do Estado, João Campos, mas há quem defenda a aproximação com a governadora Raquel Lyra (PSDB), Humberto voltou a dizer que tudo depende do plano nacional.

"Nós temos uma trajetória de relação política com o PSB aqui em Pernambuco, que é muito antiga. É verdade que, nos últimos tempos, ela tem sido mais tapa, mas também teve beijos recentes. Então, se a gente for levar em consideração essa trajetória histórica, há uma grande possibilidade de a gente estar com o PSB. Agora, como já houve tapas em um momento, a gente tem que esperar para ver. Dificilmente vamos fazer algo diferente da estratégia nacional. Não dá para tomar uma posição agora. Posso até ter desejo, mas isso vai passar pela nacional. Em 2022, o PSB indicou o vice de Lula, mas a exigência foi o PT apoiar em Pernambuco – a candidatura de Danilo Cabral", acrescentou.

Em relação à gestão de Raquel, o senador a avalia que há melhora quando se observa crescimento nas pesquisas, no entanto, ainda deixa a desejar na questão política. "A gente vê por pesquisa que as coisas estão mudando, mas ainda do ponto de vista político, existem algumas dificuldades. Estamos observando como é que essa coisa vai ficar." **(Blog Dantas Barreto)**

Possível fusão pode aumentar passagens

Caso se concretize, a negociação entre Azul e Gol deverá diminuir a concorrência no setor de aviação, refletindo na alta dos custos

THATIANY LUCENA

A possível fusão entre a Gol e a Azul no Brasil pode fazer com que os preços das passagens aumentem ainda mais. De acordo com o economista Edgar Leonardo, professor do curso de Administração do Centro Universitário Tiradentes (Unit-PE), caso concluído, isso vai favorecer com que o Brasil diminua ainda mais a concorrência no setor de aviação, refletindo na alta dos custos para o consumidor.

Considerando dados do relatório de demanda e oferta da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), caso se concretize a fusão, em Pernambuco, cerca de 80% dos voos nos aeroportos do estado estarão nas mãos de uma só empresa. No estado, a Latam tem uma participação de apenas 19%. Já a Gol tem 20% e a Azul 60%. Desde janeiro de 2024, a Gol está em recuperação judicial nos Estados Unidos e negocia agora uma associação comercial com a Azul.

O economista Edgar Leonardo, professor do curso de Administração do Centro Universitário Tiradentes (Unit-PE), explica que o Brasil tem basicamente três empresas de aviação operando. Ele faz um comparativo em relação ao cenário competitivo nos Estados Unidos. No país norte-americano, quatro grandes empresas (American Airlines, Delta Air Lines, Southwest e United Airlines) têm uma média de 70% do mercado americano, já 30% delas estão distribuídas várias outras empresas de baixo custo e que operam em distâncias mais curtas.

Tendo esse cenário como base, Edgar aponta que o Brasil, mesmo com apenas três grandes companhias, toda vez que alguma delas toma uma medida é considerada como "normal" tendo como parâmetro as empresas europeias, mas essas dão direito a transporte de bagagem, algo que não está acontecendo nos voos nacionais. "Temos, de fato, no Brasil, um oligopólio, não tem desculpa. Atualmente, temos três empresas e serão apenas duas com a possível fusão", aponta. O professor detalha ainda que o oligopólio é caracterizado pela capacidade de que as empresas têm de dominar o mercado e cobrar um preço elevado. Ainda segundo Edgar, o cenário nacional não permite o aumento da concorrência, algo que poderia favorecer o barateamento dos preços das passagens. "O Brasil só vai conseguir diminuir o preço da passagem na hora em que promover a concorrência."

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL

Nos aeroportos de Pernambuco, a companhia Azul detém cerca de 60% dos voos

País tem combustível caro para aviação

O economista destaca ainda que o combustível de aviação no Brasil é um dos mais caros do mundo e isso encarece a operação do transporte doméstico. Segundo ele, isso ocorre porque o país cobra tributos acima da média mundial para a aviação, algo que também poderia ser avaliado e melhorado pelo Governo Federal para promover viagens mais baratas e aumentar a concorrência interna.

"Os Estados Unidos têm mais de 200 refinarias de querosene de aviação, já o Brasil tem nove, e sete são da Petrobras. Ou seja, a gente depende, de novo, de um oligopólio para entregar combustíve", compara.

Já de acordo com o administrador e vice-presidente do Conselho Regional de Administração de Pernambuco (CRA-PE), Jefferson Henrique, não necessariamente o oligopólio ficará maior, já que ambas as empresas estão com déficit fiscal. Segundo Jefferson, elas não estão com "robustez" para poder fazer uma elevação de preço.

Porém, de acordo com ele, o aumento do preço das passagens pode acontecer em um médio e longo prazos, pois, com a possível fusão, essas empresas aumentam o seu poder de barganha, podendo ou não repassar isso aos consumidores. Em relação à possibilidade de aumento das passagens, Jefferson aponta que existe o Conselho de Administração Nacional (Cade) que avalia os riscos que podem ocorrer com a fusão.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A. CNPJ/MF nº 09.373.678/0001-94

Relatório da Administração: Prezados Acionistas, Submetemos para vossa apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31/12/24 e 2023, da Energética Suape II S/A. A administração agradece o empenho de todos e tem boas expectativas para o ano de 2025, com relação a despacho e gestão.

Balanços patrimoniais Em 31/12/2024 e 2023 (Em mR$)

	2024	2023
Ativo	608.953	626.740
Circulante	212.603	223.323
Caixa e equivalentes de caixa	81.180	75.937
Contas a receber de clientes	52.638	76.719
Estoques	63.692	64.184
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	6.681	2.137
Despesas pagas antecipadamente	3.644	3.969
Outros créditos	4.768	377
Não circulante	22.627	6.742
Aplicações financeiras restritas	21.267	5.297
Ativo fiscal diferido	1.360	1.445
Imobilizado	373.671	396.598
Intangível	52	77
	396.350	403.417

	2024	2023
Passivo e patrimônio líquido	608.953	626.740
Circulante	55.557	65.698
Fornecedores	10.296	14.210
Empréstimos, financiamentos e encargos	16.350	27.122
Tributos e contribuições sociais	2.361	2.861
Passivo fiscal corrente	17.884	13.077
P&D e taxas regulatórias	3.523	3.108
Outras contas a pagar	5.143	5.320
Não circulante	31.191	59.674
Empréstimos, financiamentos e encargos	31.191	58.483
P&D e taxas regulatórias	-	1.191
Patrimônio líquido	522.205	501.368
Capital social	139.977	139.977
Reserva legal	27.995	27.995
Reserva de incentivos fiscais	338.605	300.174
Dividendos adicionais propostos	15.628	33.222

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2024 e 2023 (Em mR$)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	139.977	27.995	268.559	20.338	-	456.869
Distribuição de lucros	-	-	-	(20.338)	-	(20.338)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	144.837	144.837
Destinação do lucro						
Dividendo mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(28.306)	(28.306)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(51.694)	(51.694)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-	31.615	-	(31.615)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	33.222	(33.222)	-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2023	139.977	27.995	300.174	33.222	-	501.368
Distribuição de lucros	-	-	-	(33.222)	-	(33.222)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	174.059	174.059
Destinação do lucro						
Dividendo mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(33.907)	(33.907)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(86.093)	(86.093)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-	38.431	-	(38.431)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	15.628	(15.628)	-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2024	139.977	27.995	338.605	15.628	-	522.205

Demonstrações do resultado em 31/12/2024 e 2023 (Em mR$)

	2024	2023
Receita operacional líquida	345.358	337.784
Custo Operacional	(127.474)	(133.440)
Lucro bruto	217.884	204.344
Receitas e despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(15.706)	(29.911)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas	59	137
Lucro antes do resultado financeiro	202.237	174.570
Receitas financeiras	13.202	13.860
Despesas financeiras	(10.920)	(16.655)
Resultado financeiro líquido	2.282	(2.795)
Resultado antes do I.R. e C.S.	204.519	171.775
Imposto de renda	(50.601)	(41.027)
Contribuição social	(18.206)	(14.772)
Imposto de renda diferido	(62)	(2.025)
Contribuição social diferida	(22)	(729)
Incentivo fiscal SUDENE	38.431	31.615
	(30.460)	(26.938)
Lucro líquido do exercício	174.059	144.837
Lucro por ação básico e diluído atribuído aos acionistas - R$	1,24	1,03

Demonstrações do resultado abrangente em 31/12/2024 e 2023

(Em mR$)	2024	2023
Lucro líquido do exercício	174.059	144.837
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	174.059	144.837

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2024 e 2023

(Em mR$)	2024	2023
Lucro líquido exercício	174.059	144.837
Ajustes		
Depreciação e amortização	22.640	22.610
Baixa no ativo imobilizado e intangível	943	2.124
IR e C.S. - correntes e incentivo fiscal SUDENE	30.376	24.184
IR e C.S. - diferidos	84	2.753
Atualização dos dividendos	746	1.278
Encargos de empréstimos e financiamentos	8.829	14.188
	63.618	67.137
Lucro líquido ajustado	237.677	211.974
Aumento/(redução) dos ativos		
Contas a receber de clientes	24.081	(31.981)
Estoques	492	2.743
Tributos e contribuições a recuperar	-	1.405
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(4.544)	5.039
Despesas pagas antecipadamente	325	(636)
Outros créditos	(4.391)	15.039
	15.963	(8.391)
Aumento/(redução) dos passivos		
Fornecedores	(3.914)	7.410
Tributos e contribuições sociais	(500)	(432)
P&D e taxas regulatórias	(776)	(4.391)
Provisão para honorários advocatícios	-	(12.347)
Outras contas a pagar	(177)	(364)
	(5.367)	(10.124)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	248.273	193.459
Impostos pagos sobre o lucro	(22.718)	(18.568)
Juros e IOF pagos	(11.803)	(15.701)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	213.752	159.190
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Resgate/(aplicação) das aplicações financeiras	(18.134)	(3.965)
Aquisição de imobilizado	(1.262)	(477)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(19.396)	(4.442)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos provenientes de novos empréstimos e financiamentos	46.786	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(81.930)	(22.462)
Pagamento de dividendos	(153.801)	(100.050)
Pagamento do IRRF e da atualização monetária dos dividendos	(168)	(1.278)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(189.113)	(123.790)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.243	30.958
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	75.937	44.979
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	81.180	75.937
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.243	30.958

Conselho de Administração: Enrique José Zaragoza Duena - **Conselheiro Presidente;** Marcelo Fernandes - **Conselheiro;** Dean William Moraes Carmeis - **Conselheiro;** Nelson Ambra Castro Junior - **Conselheiro;** Fernando Ferraz Marcondes de Souza - **Conselheiro.** **Diretoria:** Nelson Ambra Castro Junior - **Diretor Presidente;** José Faustino da Costa Cândido - **Diretor Técnico;** Giane Moreira Ferreira - **Diretora Administrativa.** Alexandre da Silva - **Contador** - CRC: RJ-070219/O-0-S-PE

"As demonstrações completas, incluindo as notas explicativas poderão ser obtidas no site da Compahia: "https://www.suapeenergia.com.br" ou solicitadas através do e-mail: "controladoria@suapeenergia.com.br"

Eufrázio



ROGÉRIO ALVES/ DIVULGAÇÃO

Santo Amaro é a estrela

De hoje até domingo, Festival Reside Amaro ocupa diversos espaços do bairro para contar, com teatro, música, dança e vídeo, histórias de seus moradores

PEDRO FERRER
Especial para o **Diario**

O quarteirão entre as ruas Capitão Lima e Rocha Pita, em Santo Amaro, é carinhosamente chamado de "Vila" por seus moradores. Para além da estrutura física remanescente da época em que foi fundada por trabalhadores de antigas fábricas das redondezas, como a Renda Priori e a Antártica, a dinâmica do local mantém características raras, como uma maior proximidade entre os vizinhos e uma relação de pertencimento com o território. Essa atmosfera especial foi uma das inspirações para a escolha da área para sediar o Reside Amaro, festival de artes integradas gratuito que acontece em espaços como residências, comércios, ruas e até na igreja, de hoje até domingo.

O projeto, inédito no Brasil, é inspirado no "Bombón Vecinal", iniciativa argentina que propôs "ativar" um bairro, convidando seus moradores a construir juntos um festival. Para abrir as portas deste território, Paula contou com um anfitrião de peso: seu irmão Roger de Renor. Morador da "Vila", seu olhar sobre o local é permeado por afeto e pertencimento. Foi a partir dele que os organizadores do projeto começaram, por volta de junho de 2024, a chegar nos vizinhos, distribuindo cartas, convidando-os para conhecer a proposta e ouvindo suas histórias. Várias mediações feitas por Monina despertaram neles a perspectiva de que suas histórias não só são importantes, como também podem ser teatralizadas e ganhar protagonismo, com eles próprios interpretando suas vivências.

"Aplicamos nossas ferramentas de mediação em um novo território, criando uma dramaturgia urbana única e ampliando sua metodologia. Como artista e curadora estrangeira, viver na comunidade, ouvir suas vozes, compartilhar o cotidiano e registrar histórias é um modo de estar perto e longe ao mesmo tempo. Mais que narrativas individuais, buscamos construir um olhar, uma dramaturgia do espaço. A colaboração com curadores e artistas locais permitiu entender identidades, formas de expressão e estéticas, uma troca inestimável que enriquece tanto essa 'forasteira' quanto os moradores", pontua Monina Bonelli.

Ações como exibição de filme na rua, campeonato de dominó, karaokê, a revitalização de um beco com pinturas em homenagem a Roberto Carlos (cantor favorito de um dos moradores) e a produção de um álbum de fotografias dos vizinhos, clicados por Rogério Alves, estiveram entre as iniciativas para aproximar moradores dos artistas, estreitando laços.

O projeto gestou diversas performances originais, que terão os moradores como protagonistas. É o caso de Geraldo Lima, conhecido como Rei do Omelete, cujo restaurante é um dos mais badalados da região e sediará a performance documental sobre sua vida. Ou ainda do Padre Caetano, da Matriz Nossa Senhora da Piedade, que apresentará seu talento musical.

Ao todo, serão dez ações em espaços fechados e dez em espaços abertos. Nos espaços fechados, o número de espectadores será limitado a cerca de 20 pessoas por sessão, com a maioria das apresentações acontecendo simultaneamente e mais de uma vez por noite.

Diversos artistas locais se envolveram no projeto, como Newton Moreno, Giordano Castro, Márcia Cruz, Fabiana Pirro, Amanda Menelau, Anderson Leite, Augusta Ferraz, HBlynda Morais, Mônica Lira, entre outros.

Em diálogo com o caráter internacional do Reside, também serão apresentadas duas peças teatrais da Argentina. "Rainha", protagonizada por Maiamar Abrodos; e "Da Melhor Maneira", com Federico Liss e David Rubinstein.





Incentivo
















Patrocínio


Realização


MINISTÉRIO DA CULTURA
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Nordeste dá adeus ao talento de Vital Farias

Compositor, natural de Taperoá, na Paraíba, não resistiu a um choque cardiogênico na manhã de ontem e morreu no Hospital Metropolitano, na PB

ANDRÉ GUERRA

A música brasileira perdeu ontem o criador de algumas das mais emblemáticas canções do repertório popular, célebres nas vozes de cantores de gerações diversas, como Geraldo Azevedo, Elba Ramalho, Fábio Junior e Marcelo Jeneci. Aos 82 anos, o compositor paraibano Vital Farias sofreu um choque cardiogênico e faleceu na manhã de ontem, no Hospital Metropolitano, na grande João Pessoa. De acordo com relatos de amigos, os médicos tentaram fazer cateterismo, mas, por volta das 9h, ele não resistiu.

Nascido em 23 de janeiro de 1943 e criado no sítio Pedra d'Água, em Taperoá, sertão da Paraíba, Vital é filho de pai agricultor e mãe empregada doméstica e sua inserção na música aconteceu de forma autodidata. Ainda jovem, ele começou a estudar violão sozinho e, logo em seguida, tornou-se professor do conservatório de música do seu estado.


@VITALFARIAS.OFICIAL

Canções de Vital ganharam fama nas vozes de Elba Ramalho e Geraldo Azevedo, entre outros

Em 1975, mudou-se para o Rio de Janeiro e lá fez grandes colaborações que marcaram sua carreira, como a participação na peça *Gota d'Água*, de Chico Buarque. Enquanto cursava música na faculdade, Vital lançou sua primeira composição, em colaboração com Livardo Alves e o humorista Ari Toledo: *Ê Mãe*, que fez parte do seu álbum de estreia intitulado *Vital Farias,* lançado em 1978. Já em 1980, fez o seu segundo disco, *Taperoá*.

Sua obra mais conhecida, no entanto, chegou ao mundo em 1982. Integrando o álbum *Vital Farias: Sagas Brasileiras*, a música Ai que Saudade D'Ocê é, até hoje, considerada um dos grandes clássicos da música brasileira. Outras de suas canções marcantes são *Veja (Margarida)*, *Caso Você Case*, *Sete Cantigas para Voar*, *Sabor Colorido* e *Moça Bonita*.

O final da carreira foi marcado por comentários polêmicos, acusando a China de ter criado o vírus da Covid-19 e o Papa Francisco de ser comunista e de estar destruindo a fé e a família, que acabaram afastando fãs e colegas nos últimos anos.

Palavras cruzadas

- A gordura encontrada na proteína animal
- Apresentador do Troféu Imprensa
- Signo do arqueiro
- Turismo (abrev.)
- Vantagem da panela inox, sobre a de ferro
- Atrações de festivais de rock
- Que teve os direitos políticos anulados
- Serviço oferecido por sites que asseguram a validade de compras feitas pela internet
- Cuida da vestimenta de uma produção
- Instrumento em forma de U
- Robert Oppenheimer, físico dos EUA
- Significa "Social", em PIS
- (?) e banho, serviço de pet shops
- "(?) de Motocicleta", filme sobre Che Guevara
- Em tom de (?): de modo arrogante
- (?) Quixote, herói de Miguel de Cervantes
- O estilo que se inspira no ambiente rural
- Vagos
- Tipo de vinho
- Cobra venenosa avermelhada
- Abrigo temporário de esquimós
- (?) do leite, base da proteína em pó
- Sim, em espanhol
- (?) Mata Atlântica, ONG ambientalista
- Equipamento vendido na loja de pesca
- "(?) Você Mora", sucesso do Cidade Negra
- Família do burro e do cavalo (Zool.)
- Prefixo de "analgia"
- No interior de
- (?) Ternura, conjunto de MPB
- Com intenções ocultas (o jornal)
- Monique Evans, apresentadora
- (?) Wright, atriz de "House of Cards"
- Jogo de cartas que possui diversos torneios mundiais
- Libertino
- Material de móveis de praia
- Soma, em inglês
- Substituto eventual do presidente
- Boreste (abrev.)
- Ser que pilota o disco voador (Cin.)
- Falta de (?), sintoma mais comum da depressão
- Bem, em espanhol
- Coulomb (símbolo)
- Significado do "A", em ECA

BANCO 2/si. 3/sum. 4/bien. 5/robin. 7/bravata. 9/sagitário. 11/tendencioso.

14

		S		D		B		C		
	S	A	T	U	R	A	D	A		P
F	I	G	U	R	I	N	I	S	T	A
	L	I	R	A		D		S		G
	V	T		B	R	A	V	A	T	A
D	I	A	R	I	O	S		D	O	M
C	O	R	A	L			R	O	S	E
	S	I		I	G	L	U		A	N
	A	O	N	D	E		S	OS		T
	N			A	N		T	R	I	O
	T	E	N	D	E	NC	I	O	S	O
P	O	Q	U	E	R		C		C	N
	S	U	M		I	M	O	R	A	L
		I		VI	C	E		OB		I
	A	N	I	M	O		B	I	E	N
A	D	O	L	E	S	C	E	N	T	E

EXERCITE SUA MENTE COM COQUETEL
Disponível em bancas de todo o Brasil!
/revistascoquetel @coquetel @editoracoquetel

Astros

ÁRIES (21/03 a 20/04)
Embora seu estado de espírito possa ser dos melhores hoje, uma conjunção desfavorável talvez coloque pressão demais em questões relacionadas à sua vida amorosa.

TOURO (21/04 a 20/05)
Você hoje pode se sentir desanimado e letárgico, portanto tente fazer alguma coisa para restaurar a sua energia de volta.

GÊMEOS (21/05 a 20/06)
Aspectos negativos podem influenciar seu dia hoje. Você normalmente você tem uma mente afiada, mas hoje esse pode não ser o caso, o que se revelará um problema se tiver que tomar qualquer decisão.

CÂNCER (21/06 a 22/07)
Às vezes vemos nosso esforço e trabalho ser reconhecido, mas nem sempre isso acontece. Não se preocupe, pois hoje será um dos dias em que seu esforço será recompensado em dobro.

LEÃO (23/07 a 22/08)
Com obstinação você poderá alcançar algo sólido, que deve resistir às pressões externas e ao peso do tempo.

VIRGEM (23/08 a 22/09)
Uma chance de negócio com alguém de sua família pode surgir no dia de hoje. Não descarte a possibilidade simplesmente por envolver família.

LIBRA (23/09 a 22/10)
Seu caminho hoje pode cruzar com o de pessoas que logo perceberão seu carisma. Isso será um aspecto altamente positivo, tanto no relacionamento com colegas de trabalho, quanto com a pessoa amada.

ESCORPIÃO (23/10 a 21/11)
Haverá uma mudança bastante positiva em sua vida hoje, mas pode não ser exatamente a que gostaria. Procure se mostrar aberto aos acontecimentos.

SAGITÁRIO (22/11 a 21/12)
Você hoje poderá acordar mal-humorado, mas irá melhorar no decorrer da manhã. Peça desculpas caso tenha sido rude com alguém.

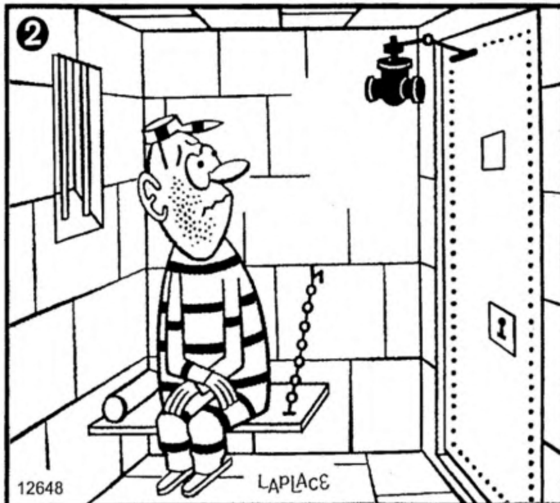
CAPRICÓRNIO (22/12 a 20/01)
Não perca tempo ao lado de pessoas desanimadas. A receita para um dia estimulante é passá-lo na companhia de pessoas positivas.

AQUÁRIO (21/01 a 19/02)
Em vez de ficar esperando pela decisão dos outros, trace seus próprios planos hoje. Sua cabeça estará cheia de ideias interessantes e não será difícil encontrar companhia para o que planejar.

PEIXES (20/02 a 20/03)
Um plano que esperava implementar hoje pode não ser tão fácil de colocar em prática. Esteja preparado para enfrentar problemas inesperados.

8 erros





Resolução: 1. Detalhe na porta, 2. Fechadura da porta, 3. Tijolo perto do chapéu, 4. Orelha do homem, 5. Corda do banco, 6. Tijolo perto do banco, 7. Estampa no braço, 8. Sapato.

RAFAEL VIEIRA/DP FOTO



Petrúcio Santos e a chef Lúcia Soares, do badalado Alho & Óleo, parceiros na vida e nos negócios

FRANCISCO SILVA/DP FOTO



As rainhas Nena Queiroga e Cristina Amaral com Júlio Andrade, apresentador da Transamérica FM

DIVULGAÇÃO



No tradicional Leite, o vice-presidente do TJPE, desembargador Fausto Campos, com o filho, o procurador geral do Cabo de Santo Agostinho, Lucas Campos

Um frevo afetuoso

Na próxima terça-feira, Flaira Ferro lança seu novo single, *Afeto Radical*, com participação mais que especial de Lenine. A música mistura frevo, rock e eletrônica e antecipa o álbum que será lançado em março.

Tendo a maternidade e as reflexões sobre o momento atual como inspirações, a canção também ganhou um clipe gravado no centro do Recife, sob a direção de Mary Gatis, que estará disponível no YouTube.

Por falar em Flaira, ela é uma das convidadas do Maestro Spok nos *Ensaios de Carnaval* da Casa Estação da Luz neste domingo, ao lado de Juliana Linhares.



MATHEUS MELO/DIVULGAÇÃO

Senador

Cotado para ser o próximo presidente nacional do PT, Humberto Costa ofereceu almoço para jornalistas na Mercearia Pará.

Roteiro

O cineasta Kleber Mendonça Filho já fechou contrato com a editora Record para publicar, via selo Amarcord, o roteiro de seu próximo filme, *O Agente Secreto*, estrelado por Wagner Moura.

Bazar

Neste sábado, o coletivo Unificados Pop Rua realiza a primeira edição do seu bazar solidário em 2025, na sede da Abanfare, em Casa Amarela. O evento visa arrecadar fundos para apoiar as atividades do grupo, incluindo a distribuição de mais de mil refeições semanalmente.

RUAN PABLO/DP FOTO



Vaneide Malta, empresária do setor avícola, figura sempre animada nos eventos da cidade

FRANSCISCO SILVA/DP FOTO



O encontro de Jô Mazzarolo e André Brasileiro, na sede do Galo da Madrugada

CHARLES JONHSON/DIVULGAÇÃO



Um baile dourado

No próximo dia 20, Cris Lemos – designer e empresária à frente da CiS Joias – comandará a terceira edição do Baile CiS, no Espaço Dom, no Pina. Batizada de *Ouro e Arte*, seguindo o tema da exposição e do livro que celebram os 15 anos de sua joalheria, a festa remonta aos carnavais de outrora em uma noite de black-tie e fantasia para 600 convidados. "Nossa ideia é trazer de volta o glamour dos bailes em salões, ressaltando sempre a arte e a cultura pernambucanas", afirma Cris.

DIVULGAÇÃO



Lane França, da agência recifense Come Together, especializada em viagens personalizadas, clicada em Megève, nos alpes franceses

Autógrafos

Anderson da Silva Almeida lança nesta sexta, às 17h, na Livraria da Praça, em Casa Forte, o livro *Ariano Suassuna: No Teatro da Vida*. A obra abarca as várias facetas do saudoso escritor.

Refresca

O bloco *É Gaia, Papai?* fechou parceria com a FriSabor, que vai oferecer sorvetes durante a prévia que rola amanhã, na AABB Recife, para refrescar os foliões.

No Poço

Também amanhã, a partir das 16h, o Modigliani Bistrô, no Poço da Panela, realiza o desfile do bloco *Modi na Folia*. Com animação a cargo da Clarins Orquestra, os foliões terão direito a open bar e open food.

Facetas

A dentista Bruna Luna de Araújo abre inscrições para o seu curso presencial de facetas em resina composta. A formação prática e demonstrativa para profissionais interessados em técnicas avançadas de estética odontológica vai acontecer no Empresarial Excelsior, em Boa Viagem.

Guardião

Domingo, dia em que o frevo completa 118 anos, o Paço do Frevo celebrará seu décimo-primeiro aniversário como guardião deste patrimônio imaterial da humanidade. A partir das 17h, em frente ao museu, vai ter show da Orquestra Popular do Recife, sob a regência do Maestro Formiga, acompanhada dos passistas da Cia de Frevo do Recife.

Niver

Ana Carolina Lins Caldas, André Resende, Cláudio Leimig, Clóvis Marques Filho, Dílvia Monteiro, Epitácio Oliveira, Fátima Bezerra, Halim Nagem Neto, Léo Barbosa, Suzana Tavares Correia, Tatiana Diniz e Thays Martins.

RUAN PABLO/DP FOTO



O pesquisador Eduardo Bezerra Cavalcanti no lançamento do seu livro *O Pensamento Simbólico em Drummond*, ao lado de Deborah Echeverria

GUSTAVO BELARMINO/DIVULGAÇÃO



Atração da sexta edição do Chica na Cama, dia 27, Clara Sobral brinca de porta-estandarte com Biba Fernandes e Manu Lisboa

DIVULGAÇÃO



As empresárias Tatiana Menezes, Juliana Brito e Carolina Oliveira, no Rooftop 17 do Park Hotel, em Boa Viagem

GLEYSON RAMOS/DIVULGAÇÃO



Alexandre Cunha, Priscila Valentim e Maely Coelho, anfitriões do jantar oferecido pela MedSênior para lideranças médicas do Recife

Eufrázio

Temporal na RMR





FOTOS: RAFAEL VIEIRA/ DP FOTO

Camila(e) chegou há três meses na casa da mãe e não sabe quando retomará a rotina. Juliana e Juracy (d) não conseguem controlar a ansiedade

O risco de dormir ao lado de uma barreira

Habitantes desses locais vivem o paradoxo de deixar as próprias casas em busca de descanso, após dois dias tensos por causa da chuva

MARÍLIA PARENTE

Olhos fundos, dores de cabeça, crises de ansiedade e mutilações. Muito além dos destroços deixados pelo deslizamento da barreira que matou Conceição e Nicole Braz, de 51 e 23 anos, na última quinta-feira, a geografia dos corpos dos moradores do Córrego da Bica, no bairro de Passarinho, também compõe o cenário desenhado pela ausência de preparo de parte das encostas do local para a chegada das chuvas. No Recife ainda existem 25 mil pontos de risco, segundo dados da Gestão Municipal. Reunidos nas calçadas, os habitantes desses locais vivem o paradoxo de deixar as próprias casas em busca de descanso, após uma semana de fortes precipitações e, consequentemente, noites em claro.

"Hoje ninguém vai dormir. Deixo o cadeado da minha casa aberto para o caso de a barreira deslizar. De hora em hora, acordo meu filho de 15 anos, para dar tempo de a gente fugir. O de quatro anos, deixo dormir um pouco mais, porque, qualquer coisa, consigo pegar no braço", diz a dona de casa Juliana Cosme dos Santos, de 38 anos, que reside em uma barreira próxima àquela em moravam Nicole e Conceição. Esta última, aliás, era sua madrinha e filha da parteira responsável por trazê-la à vida, conhecida na comunidade como dona Odete. "Meu Deus, poderia ter sido com a gente. Sou nascida e criada aqui, meus irmãos todos moram em barreira. Por causa dessas coisas, também sofro de ansiedade", lamenta.

Preocupada com o futuro dos filhos, Juliana chegou a participar de algumas reuniões da associação dos moradores local com o intuito de debater a questão das encostas da comunidade. Alguns dos encontros eram frequentados, inclusive, por Nicole. "Minha mãe passou por isso, eu passo por isso e não quero que isso continue na vida dos meus filhos. A gente queria quebrar esse ciclo. Ter a dignidade de dormir em paz", acrescenta.

Mãe de Juliana, a dona de casa Juracy Cosme dos Santos, de 64 anos, precisa andar com o auxílio de muletas desde que se acidentou seriamente em uma das barreiras da comunidade. "Pisei no chão, a terra estava 'fofa' e meu pé afundou. Rolei até embaixo, quebrei o fêmur e fraturei a bacia", conta. Por sofrer de pressão alta, ela também teme passar mal durante momentos de tensão comuns na comunidade no período das chuvas. "Eu estou aqui porque Deus é grande. Foi um choque quando meu filho me ligou e acordei com a notícia do desabamento. Conceição era minha comadre, uma pessoa ótima. A gente está sentindo a dor da família", afirma.



Minha mãe passou por isso, eu passo e não quero que continue na vida dos meus filhos. A gente queria quebrar esse ciclo"

Juliana Cosme dos Santos,
dona de casa

ROTINAS SUSPENSAS

De acordo com a Prefeitura do Recife, desde 2021, foram concluídas 5.918 obras em áreas de morro da cidade, incluindo construções de contenção de grandes encostas, obras do Programa Parceria, recuperação de escadarias e implantação de corrimãos, com investimentos que somam R$ 332,5 milhões. A gestão municipal informou ainda que mais de 11 mil famílias foram beneficiadas por 139 obras já concluídas, enquanto outras 313 estão em andamento ou prestes a serem iniciadas.

Para aqueles que ainda não foram contemplados pelas intervenções, contudo, os dias de chuva continuam comprometendo a rotina. Já era quase meio-dia da última quarta-feira, quando a cuidadora de idosos Camila Edvânia Alves, de 35 anos, se preparava para almoçar na calçada. Na madrugada em que Conceição e Nicole morreram, a barreira que dá para o quintal de sua casa também sofreu deslizamentos. "Eu não tinha conseguido dormir ainda, mas me assustei com o barulho. Peguei logo o celular, juntei os documentos e deixei o portão aberto, para qualquer coisa correr", conta.

Com fortes dores de cabeça, Camila precisou faltar ao trabalho. "É uma diária que vai fazer falta, mas estou me sentindo mal. Ainda tenho medo de sair de perto da casa, a barreira desabar e eu não estar aqui para tentar salvar minhas coisas. Me separei há três meses e vim morar nessa casa, que é da minha mãe, para sair do aluguel. Esse problema sempre existiu aqui, mas dessa vez está pior", coloca.

Exausta, ela conta, com os olhos fundos e semicerrados, que ainda não sabe onde passará as próximas noites ou quando poderá retomar seu trabalho. "A vida fica paralisada. Estava recomeçando minha vida e, agora, as coisas que ainda estou pagando no maior sacrifício, a barreira pode levar. Hoje, não tenho condições de planejar nada. Só mesmo de procurar um lugar para descansar e pedir proteção a Deus para todos nós. Infelizmente, duas pessoas já se foram", conclui.

Temporal na RMR

Sete vidas que a chuva levou embora

Vítimas morreram em queda de barreira, por choque elétrico e afogada pelas enxurradas, nos últimos dias, devido ao temporal na RMR

CARLOS LOPES

As chuvas que atingiram o Grande Recife nos últimos dias deixaram sete mortos. Houve óbitos por queda de barreira, afogamento e três eletrocutados. Três dessas vítimas são jovens, que saíram de casa para fazer tarefas rotineiras, como estudar ou comprar pão. Uma das jovens estava dormindo com a mãe. As duas morreram soterradas.

Conheça aqui histórias de dor, perda e muita saudade.

JUAN MELO

Juan Pablo da Silva Melo, de 21 anos, acordou preocupado se teria ou não aula. A chuva que caíra forte durante toda a madrugada não dava trégua no início da manhã e a cidade estava debaixo d'água. Para não correr o risco de perder a viagem do Pina ao Derby, pegou o celular e entrou em contato com o seu professor. Sua aula de informática estava confirmada.

"O meu filho saiu de casa às 7h20 para ir ao curso", relembrou a mãe Eliene Maria da Silva, que recebeu, 40 minutos depois, uma ligação dele, relatando estar todo encharcado e a caminho da aula. Dez minutos depois, um novo contato. Juan estava em frente ao prédio onde teria aula, mas não conseguia atravessar a rua pelo volume de água.

Entendeu que dera viagem perdida. E quem dera fosse apenas a viagem. Ele tentou chegar à parada de ônibus na Agamenon Magalhães, pegando a rua Dom Bosco. E lá ficou, eletrocutado, com o corpo boiando na água.

"Foi descarga elétrica, ali tem um fiteiro antigo. Também tem essas paradas de ônibus novas no local, vazou a corrente", concluiu.

MYRIAM VITÓRIA AMORIM

O dia de Myriam, de 24 anos, não havia sido fácil. Como o de todo motociclista de aplicativo que precisou atravessar dezenas de ruas alagadas transportando pessoas ou mercadorias de um lado para outro numa cidade quase submersa.

No fim do expediente, trabalho cumprido, foi para o merecido descanso do lar, em Nossa Senhora do Ó, em Paulista. "Já havia comprado pão e ovos", lembrou, dolorosamente, a mãe, Vânia Amorim. "Foi passando pela calçada, aí de repente, não sei se ela encostou no poste, não sei se tem um fio no chão. Só sei que levou um choque, esse choque jogou ela longe. A rua estava alagada, a questão foi o choque", disse, em prantos.

CONCEIÇÃO E NICOLE MELO

Os debates da comunidade do Passarinho faziam parte da rotina de Nicole, de 23 anos.

Seu irmão, Cícero, é diretor da associação dos moradores e a discussão sobre os problemas locais, que não são poucos numa região pobre, cercada por morros e com alto índice de violência, era algo que vinha de casa. Casa onde Cícero não estava na madrugada de ontem. Ele havia ido trabalhar num posto de gasolina. Nicole e sua mãe, Maria da Conceição, estavam dormindo.

O que tirava o sono de Nicole quando acordada, ironicamente, tiraria a sua vida. Uma barreira encharcada pelas chuvas do dia anterior não suportou o peso e despencou, soterrando a casa e os sonhos de uma vida melhor na sua comunidade. Ao contrário dos outros casos citados, ela não deixou uma mãe órfã. Maria da Conceição também foi vítima do desabamento. Caberá a Cícero carregar a dor das perdas.



RAFAEL VIEIRA/ DP FOTO

Um deslizamento de barreira no bairro de Passarinho, no Recife, matou mãe e filha



REPRODUÇÃO

Das sete pessoas que perderam a vida na chuva, seis delas já foram identificadas

VALDOMIRO SIMÕES

Valdomiro Simões tinha 18 anos e voltava para casa na noite de quarta-feira após o dia de trabalho. Ele teria encostado em uma grade de uma casa abandonada perto de onde ele morava, no bairro de Jardim São Paulo, na Zona Oeste da cidade. O equipamento estaria vazando corrente elétrica e a descarga violenta tirou a vida de Valdomiro.

Em entrevista à TV Guararapes, a família de Valdomiro disse que ainda tentou reanimá-lo, mas ele e faleceu ao chegar a uma unidade de saúde.

"Uma fatalidade que poderia ter sido evitada. Infelizmente a gente tem que passar pelas águas para trabalhar", explicou a tia do jovem.

ANDRÉ FERNANDES

Outra vítima é André Fernandes, de 43 anos. O corpo dele foi encontrado no Grande Recife. Ele desapareceu após ter saído de sua casa, no bairro da Várzea, Zona Oeste da capital pernambucana, para trabalhar no Centro de Camaragibe.

Segundo a família de André, foi a própria população que localizou o cadáver e acionou os bombeiros.

"O sentimento para toda a família é de uma perda muito grande, de que é inacreditável o que aconteceu", lamentou Eduardo Silva, 25, primo do trabalhador.

AINDA NÃO IDENTIFICADO

A sétima vítima é um homem que morreu afogado na rua Lázaro Fontes, no bairro da Estância, no Recife.

Segundo testemunhas, a vítima teria sido arrastada pela enxurrada. O Corpo de Bombeiros confirmou o resgate de um corpo na região, mas o nome e a idade dele não foram revelados.

Eufrázio

Temporal na RMR

Responsabilidade por morte é dividida

Três pessoas morreram eletrocutadas na última quarta-feira, em consequência do temporal que alagou diversas vias no Grande Recife

ADELMO LUCENA

Pernambuco já registrou sete mortes em decorrência das fortes chuvas que atingiram o estado na quarta-feira. Três pessoas morreram eletrocutadas após receberem descargas de postes ou fios em meio aos diversos pontos de alagamento. Em casos como estes, familiares costumam não saber como agir por não conseguirem identificar, prontamente, um responsável pela morte.

O advogado Kleber Freire explicou que, quando o poste está localizado em uma via pública, a responsabilidade objetiva é do município.

A responsabilidade objetiva pode ser entendida como uma responsabilidade civil que independe de culpa ou dolo do agente que causou o dano. Ela é aplicada em situações em que a atividade desenvolvida pelo agente é de risco para terceiros e pode ser utilizada em casos de acidentes de trabalho e de consumo.

A responsabilidade objetiva é do município porque o poste que causou o acidente fica localizado em via pública

"Quando existe uma morte, tem que ser feito um boletim de ocorrência e depois vai ser feita uma perícia tanatoscópica para detectar se a causa foi decorrente de uma descarga elétrica. Confirmando isso, haverá uma perícia no local para entender o que causou aquela descarga elétrica. Vai começar um inquérito policial para procurar testemunhas e, ao final, o delegado pode dizer que não vai indiciar ninguém", explica o advogado.

Mesmo nestas situações em que ninguém seja apontado como culpado, a responsabilidade civil do caso é da gestão municipal, caracterizando a responsabilidade objetiva. O município é obrigado a reparar os danos, mesmo que não tenha agido com culpa.

Kleber Freire ainda esclarece que a responsabilidade subjetiva pelas mortes é da empresa responsável por manter o poste funcionando e pela sua manutenção. Neste cenário, há obrigação de reparar danos causados por ações ou omissões intencionais, negligentes ou imprudentes.

Segundo o advogado, as empresas costumam alegar que as fiações dos postes foram danificadas por terceiros, o que teria ocasionado a descarga elétrica. "Mas essa intervenção de terceiro tem que ser comprovada. Se não comprovar, aí é considerado um homicídio culposo", complementa.

Em alguns casos, mesmo não tendo culpa pelo rompimento dos cabos, a lei estabelece que as empresas devem indenizar as pessoas vitimadas. "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa", detalha o inciso 6 do artigo 37 da Constituição Federal.

MARINA TORRES/DP FOTO

A Constituição prevê responsabilidade para empresas que prestam serviços públicos

ERRATA

REFERENTE AO
EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO
PROCESSO: 0013676-17.2019.8.17.2001 - 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL
ONDE SE LÊ:
3. Qualificação – Condições Mínimas: Os interessados em participar do leilão deverão ainda realizar habilitação através de petição direcionada aos e-mails: lancecerto@lancecertoleiloes.com.br / luciano@lancecertoleiloes.com.br em até 02 (dois) dias que **antecedem o 1º LEILÃO.**
LEIA-SE:
3. Qualificação – Condições Mínimas: Os interessados em participar do leilão deverão ainda realizar habilitação através de petição direcionada aos e-mails: lancecerto@lancecertoleiloes.com.br / luciano@lancecertoleiloes.com.br em até 02 (dois) dias que **antecedem o 1º e o 2º LEILÃO.**

Recife, 07 de fevereiro de 2025
Dr. Marcos Garcez de Menezes Júnior
Juiz de Direito Auxiliar

FRAZÃO Leilões

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Alienação Fiduciária itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos da Cédula de Crédito de nº 10172143001, no qual figura(m) como fiduciante(s) **NARA PRISCILA DO NASCIMENTO BARBOZA**, brasileira, divorciada, não convivente em união estável, autônoma, RG nº 8.534.501-SDS-PE, CPF/MF nº 102.587.784-58, residente e domiciliada em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 28/02/2025, às 16h30min, à Rua Hipodromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 320.489,67** (trezentos e vinte mil e quatrocentos e oitenta e nove reais e sessenta e sete centavos), o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por "Uma casa medindo 113,62m² (R. 01), localizada na Rua Manoel Lopes da Silva, nº 44, Centro, Taquaritinga do Norte/PE e seu respectivo terreno denominado de lote 44, na Rua Manoel Lopes da Silva, no Bairro Jucá, na cidade de Taquaritinga do Norte/PE, medindo 09,60m de frente, por 20,00m de fundos, totalizando um área de 192,00m², confrontando-se ao Norte, com terreno de Marinalva Barboza dos Santos e Outros; ao Sul, com o leito da Rua onde se situa; ao Leste, com o terreno denominado de Lote 48; e ao Oeste, com o lote denominado de nº 40, ambos pertencentes a Marinalva Barboza dos Santos e Outros." **Imóvel objeto da matrícula nº 5.542 do Cartório da Serventia Registral e Notarial de Taquaritinga do Norte/PE. Inscrição Municipal:** 01.01.044.0612.001. **Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 14/03/2025, às 16h30min**, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 160.244,84** (cento e sessenta mil e duzentos e quarenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.FrazaoLeiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.FrazaoLeiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (RENAC-3067-07)

RESCALDO

Bombeiros resgatam 356 pessoas

As fortes chuvas que atingiram Pernambuco continuam causando prejuízos e obrigando pessoas a deixarem as suas casas. O Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE) resgatou, até a manhã de ontem, 317 adultos, 36 crianças e três animais, totalizando 356 pessoas. Além disso, sete pessoas morrereram desde quarta-feira, sendo quatro no Recife, um em Camaragibe e um na cidade de Paulista.

"Temos um contato muito próximo das comissões de defesa civil municipais e estamos acompanhando todo esse trabalho. Inclusive, essa primeira ação de resposta é nossa, mas o desenrolar dessas nossas ações com os desabrigados, desalojados, precisa ter o apoio dos municípios para o encaminhamento dessas pessoas que são retiradas dos locais de risco", enfatizou o comandante do Corpo de Bombeiros.

Até o momento, a Secretaria Executiva de Proteção e Defesa Civil de Pernambuco (SEPDEC) registrou ocorrências em Camaragibe, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Recife. São 36 pessoas desalojadas em Jaboatão do Guararapes; 49 pessoas desalojadas e 26 desabrigadas, na cidade de Olinda e 120 pessoas desalojadas em Paulista. Nas demais regiões, não foram registradas ocorrências junto à Central de Monitoramento da Defesa Civil do Estado.

A governadora Raquel Lyra visitou as salas de situação do Centro Integrado de Comando e Controle Estadual (CICCE) e da Agência Pernambucana de Águas e Clima (Apac).

"Lamento e me solidarizo com as famílias que perderam seus entes. Seguimos trabalhando para garantir o restabelecimento da normalidade e a identificação de áreas de risco", pontuou.

Eufrázio

Ligue 180 registra aumenta 40,6% no ano de 2024

Segundo ministério, foram 31.030 ligações no ano passado, contra 22.069 em 2023. Denúncias também cresceram, de 3.963 em 2023 para 4.609 em 2024



DIVULGAÇÃO

Ministra das Mulheres o aumento representa maior confiança da população no serviço

A Central de Atendimento à Mulher — Ligue 180 fechou 2024 com 31.030 atendimentos registrados em Pernambuco. O número representa crescimento de 40,6% em relação a 2023, que teve 22.069 casos.

A Central é um dispositivo central na estratégia de enfrentamento da violência contra a mulher no país. As denúncias são recebidas por telefone e por Whatsapp, o (61) 9610.0180.

O serviço funciona 24 horas por dia, sete dias na semana, inclusive feriados. A ligação para o número 180 é gratuita. Em casos de emergência, a orientação é que a vítima acione a Polícia Militar, por meio do telefone 190.

As mulheres negras são a maioria das vítimas que denunciaram em 2024 (52,8%). A faixa etária que mais buscou a Central é dos 40 e 44 anos, com 18.583 denúncias, mas outras faixas também chamam a atenção: de 35 a 39 anos (17.572 denúncias) e entre 30 e 34 anos (17.382 denúncias).

Quanto ao tipo de violência, das mais de 570 mil denúncias feitas ao serviço, a maior é a psicológica (101.007 denúncias); seguida pela física (78.651); patrimonial (19.095); sexual (10.203), violência moral (9.180) e cárcere privado (3.027). De acordo com a metodologia utilizada pela Central, uma denúncia pode conter mais de um tipo de violação de direitos das mulheres.

Com relação ao agressor, os dados da Central mostram que a maioria tem relação íntima com a vítima: companheiros (as) atuais, com 17.915 denúncias; ou ex, com 17.083 denúncias.

MINISTÉRIO

Para a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, o aumento significativo no número de atendimentos reflete a maior confiança da população brasileira, em especial das mulheres, no Ligue 180, que vem recebendo uma série de melhorias desde 2023, com a reestruturação prevista na retomada do Programa Mulher Viver sem Violência (Decreto nº 11.431/2023).

"Temos investido na capacitação das profissionais do atendimento e acolhimento das mulheres, tanto para a informação sobre direitos e serviços da rede, como para o encaminhamento das denúncias aos órgãos competentes, aumentando a confiança no canal. Além disso, temos intensificado as campanhas para ampliar a divulgação do Ligue 180, inclusive no WhatsApp", explicou a ministra.

CORREÇÃO

General do EME visita o CMNE

Na edição de ontem, publicamos que o Comando Militar do Nordeste (CMNE) recebeu, na terça (4), o General Richard Fernandez Nunes, chefe do Estado-Maior do Exército, que acompanhou as evoluções do planejamento estratégico do Comando. Em trechos do texto, usamos a patente errada do general. Pedimos desculpas.

DIVULGAÇÃO



General apresentou ações do Exército

SINDICATO DAS ACADEMIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINDAC-PE

CNPJ 30.105.398/0001-91

Edital de Convocação

Ficam os sindicalizados filiados ao Sindicato das Academias do Estado de Pernambuco ("SINDAC-PE"), bem como os integrantes da categoria econômica das empresas de cultura física e de esportes terrestres, aquáticos e aéreos, organizadas em forma de academias, estúdios, e escolas de: ginástica, musculação, danças, artes marciais, atividades aquáticas, yoga, tai-chi-chuan, pilates, tênis, futebol, natação, e demais modalidades de atividades físicas, desportivas, com base territorial no estado de Pernambuco, nos termos do art. 17 do Estatuto Social do SINDAC-PE e da deliberação tomada pelos associados na assembleia geral extraordinária realizada no dia 12 de dezembro de 2024, convocados para se reunir em assembleia geral extraordinária, a ser realizada de forma **VIRTUAL**, no dia 13 de março de 2025, às 16:00 horas, em primeira convocação, e às 16:30 horas, em segunda convocação ("Assembleia"). A participação na Assembleia ocorrerá por meio de atuação remota via sistema eletrônico (sistema denominado Zoom), o qual poderá ser acessado pelo link: https://us02web.zoom.us/j/83030411789?pwd=g3RLppysuvuJ2ubSr1ditiS4hjxHnd.1 ou através da inserção do ID 830 3041 1789 e senha 206404, sendo que os dados de acesso também poderão ser solicitados por meio eletrônico mediante solicitação do interessado a qualquer tempo por meio do e-mail: contato@sindacpe.com.br. Conforme definido na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 12 de dezembro de 2024, esta Assembleia terá por finalidade deliberar sobre as seguintes matérias constantes ordem do dia: **(i)** ratificação de fundação do SINDAC-PE; **(ii)** admissão de novos filiados ao SINDAC-PE; **(iii)** deliberação a respeito da rerratificação de erros materiais do Estatuto Social, bem como sobre a reforma integral do Estatuto Social do SINDAC-PE; **(iv)** a aprovação do Estatuto Social do SINDAC-PE resultante da deliberação; e **(v)** realização das eleições definitivas da Diretoria definitiva do SINDAC-PE. O direito ao voto será exercido de acordo com o Estatuto Social e a Lei.O registro das chapas será realizado no momento de abertura da Assembleia por meio de manifestação direcionada aos membros da Junta Eleitoral, sendo que a votação deverá observar os quóruns previstos no Estatuto Social do SINDAC-PE.

O presente edital será afixado na sede do SINDAC-PE e publicado no Diário Oficial da União e em jornal da circulação do Estado do Pernambuco.

Recife/PE, 06 de fevereiro de 2025.

Paulo Henrique Pimentel Silveira - Presidente do SINDAC-PE

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO de bem **IMÓVEL** (abaixo descrito) e para **INTIMAÇÃO** dos Devedores Fiduciantes **ERIKO GEMIR BARACHO,** inscrito **no CPF nº 612.530.734-49,** e sua cônjuge **JUSSARA BEZERRA GEMIR BARACHO,** inscrita no **CPF nº 908.534.234-15,** de acordo com as regras e condições dispostas na Lei 9.514/1997 (ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA), no Decreto 21.981/32 e no presente Edital de Leilão. **1.** Imóvel: Apartamento sob o no 902 (novecentos e dois), tipo "B", localizado no 9o pavimento do EDIFÍCIO LADY FABIANA, situado na Rua Pombos, no 371, em Candeias, neste Município, composto de varanda, sala para 02 ambientes, circulação, 03 quartos sociais (duas suites, sendo 01 master), lavabo, copa-cozinha, dependência completa de empregada, com duas vagas de garagem no sub-solo de nos 13 e 13/A; com área de construção de 192,7114m2 , sendo 112,04m2 de área privativa, e, 80,6714m2 de área comum e sua fração ideal de 0,0330721 , do Lote no 8-A, da Quadra G, do Loteamento Nossa Senhora da Conceição, em Candeias, deste Município, com as seguintes confrontações: Pela frente com a Rua Pombos; lado direito com os lotes nos 01, 02 e 03, da mesma Quadra e Loteamento, que dão frente para a Rua Aurora D. Carneiro Leão; lado esquerdo com a Rua Manolo Cortizo; e, fundos com o lote no 7-A, da mesma Quadra e Loteamento, com frente para a Rua Antonio Cavalcanti Oliveira. **Matrícula 48.237 do 1º** C.R.I. de **Jaboatão dos Guararapes/PE. 1.1. Observação**: Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, conf. art. 30 da Lei 9.514/1997. **1.2. Débitos Fiscais**: Constam débitos tributários relacionados ao imóvel. **1.3.** O bem será vendido em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra física e documentalmente, sem garantias, sendo que as áreas mencionadas neste Edital, catálogos e outros veículos de comunicação são, meramente, enunciativas (e as fotos, meramente, ilustrativas). **2. Do Leiloeiro, do Leilão e das Datas**: O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial **Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi** (Jucesp 950), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário/Vendedor **KEYCASH HOME EQUITY FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS,** inscrita no CNPJ 40.995.902/0001-20, com sede na cidade Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, Avenida das Américas, nº 3434, Barra da Tijuca, CEP 22640-105, na qualidade de atual detentor dos direitos creditórios decorrentes Instrumento Particular de Empréstimo com Constituição de Alienação Fiduciária em Garantia, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário com Garantia Real Imobiliária, sob nº 280421 50810, série 00063, no qual figura a Devedora Fiduciante acima nomeada. **2.1.** O leilão será realizado presencialmente na Av. Nove de Julho, 3229, Cj. 401, Jardim Paulista, São Paulo/SP – CEP 01407-000 e através da plataforma eletrônica www.mercado.bomvalor.com.br/leiloei e, também, seguindo integralmente os termos e condições do presente Edital, será divulgado simultaneamente, de forma não exclusiva e em suas respectivas praças de atuação, pelos Leiloeiros Públicos Oficiais integrantes da rede colaborativa Mercado Bomvalor® (www.mercado.bomvalor.com.br), todos devidamente credenciados nas suas relativas Juntas Comerciais, onde os lances serão recepcionados, pelos valores e nas datas e horários abaixo (**horários de Brasília/DF**): **1º Leilão**: 21/02/2025, às 14h00 (fechamento). Lance mínimo: **R$ 515.300,00 (quinhentos e quinze mil, e trezentos reais). 2º Leilão** 28/02/2025, às 14h00 (fechamento). Lance mínimo: **R$ 448.884,69 (quatrocentos e quarenta e oito mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos) 3.** Os Devedores Fiduciantes serão comunicados na forma do §2º-A, do art. 27, da Lei 9.514/1997, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários para, no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição, na forma estabelecida no §2º-B do mesmo artigo e lei, devendo apresentar manifestação formal de interesse. **4. Da Comissão:** O Arrematante ou os Devedores Fiduciantes deverá(ão) pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do preço de arrematação do bem, que não se inclui no preço do lanço, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado da comunicação, por e-mail, da concretização da arrematação. **5. Condições gerais e de venda**: **5.1.** Os interessados em participar do leilão deverão se cadastrar no site www.mercado.bomvalor.com.br e se habilitar no lote com antecedência de até 24 horas do início do leilão, sendo que os lances deverão respeitar o lance mínimo e o incremento estabelecido. **5.2.** O Lance ofertado é revestido de irrevogabilidade e irretratabilidade, não podendo o arrematante vencedor se desincumbir das obrigações decorrentes da arrematação. **5.3.** A desistência do lance ou inadimplência em relação aos pagamentos e envio de documentação pelo arrematante vencedor ensejará o cancelamento da arrematação de pleno direito, **ficando o inadimplente obrigado a pagar uma multa de 20% (vinte por cento) ao Credor Fiduciário e 5% (cinco por cento) ao Leiloeiro, sobre o valor do lance**, a título de perdas e danos. **5.4.** Será celebrada, entre Vendedor e Comprador (ou Fiduciante), Escritura Pública de Venda e Compra no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data da realização do Leilão (correrão por conta do Arrematante/Fiduciante todas as despesas com a transferência do bem arrematado, inclusive foro e laudêmio, se o caso), sendo que o Tabelião de Notas será definido pelo Vendedor. **5.5.** Eventuais outros avisos/menções relacionados ao imóvel e divulgados na página eletrônica do presente leilão, aderirão ao Edital. E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será publicado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 002/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025. OBJETO NAT: SERVIÇO - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO, COM TECNOLOGIA DE CARTÃO, VIA INTERNET, INTEGRADO, DE GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS, COM VISTAS AO FORNECIMENTO CONTÍNUO E ININTERRUPTO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA A FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DA PREFEITURA DE ITAÍBA/PE. FORMA DE JULGAMENTO: menor preço global. DATA DE ABERTURA DE PROPOSTA: 20/02/2025. HORÁRIO DE ABERTURA DE PROPOSTA: 09h30min. Valor Máximo: R$ 2.739.381,89 (dois milhões, setecentos e trinta e nove mil, trezentos e oitenta e um reais e oitenta e nove centavos). LOCAL PARA RETIRADA DO EDITAL E SEUS ANEXOS: o edital completo está disponível para consulta e cópia na internet nos endereços: www.portaldecompraspublicas.com.br e no site: www.itaiba.pe.gov.br.

05 de fevereiro de 2025.

MARCELO MARINHO DOS SANTOS

Secretário de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO

Processo Licitatório nº 008/2025 - Pregão Eletrônico nº 004/2025

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de Tanque para caminhão-pipa e Roçadeiras hidráulicas, destinados as atividades da Secretaria Municipal de Agricultura, deste município. Valor máximo aceitável: **R$ 181.746,43 (cento e oitenta e um mil, setecentos e quarenta e seis reais e quarenta e três centavos).** Data para cadastro de proposta: a partir das **09:00 horas** do dia **07/02/2025**. Encerramento do acolhimento e abertura das propostas: **21/02/2025 às 09:00 horas**. Abertura da sessão de lances: **21/02/2025, às 09:30 horas**, (horários de Brasília), no site www.bnc.org.br. Edital e anexos, Estudo Técnico Preliminar e Matriz de Riscos estão disponíveis nos sites: www.bnc.org.br ou www.saocaetano.pe.gov.br. Outras informações através do e-mail: cpl@saocaetano.pe.gov.br.

São Caetano, 06 de fevereiro de 2025.

IGOR RUDSON NASCIMENTO DA SILVA

Pregoeiro

NOVA OLINDA SPE S/A

CNPJ nº 23.943.684/0001-60 - NIRE 26.3.0002348-2

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE JANEIRO DE 2025

Ao 27/01/2025, às 17 h, na sede social da Companhia. **Presença:** Acionistas representando 100% do capital social com direito a voto da Companhia. **Mesa:** A Presidência dos trabalhos o Sr. Federico Jorge Lagreca, que convidou a mim, Sr. Demerval de Souza Gusmão Filho, para assumir o Secretariado. **Deliberações:** (i) A saída da acionista DAG CONSTRUTORA LTDA. ("DAG") foi formalizada pela Companhia e pelas demais acionistas por meio do Instrumento de Transação assinado por todas na data de 23/01/2025, de comum e pleno acordo. Com a decisão consensual de saída da acionista DAG, a Companhia levantou balanço patrimonial especial atualizado, com data-base de 30/09/2024, ocasião na qual se apurou o patrimônio líquido no montante de R$ 1.027.991,40. Conforme verificado também no balanço mencionado, na rubrica de Contas a Receber do Ativo, a Companhia possui créditos a receber da acionista DAG, no montante total de R$ 165.393,88. A Companhia também possui créditos no montante total de R$ 147.525,82, em razão de vendas de máquinas, móveis, utensílios e outros. Diante do valor apurado de patrimônio líquido e dos créditos detidos pela Companhia, restou acordado no Instrumento de Transação que a acionista DAG fará jus ao recebimento de direitos de titularidade da Companhia, como forma de pagamento e quitação dos seus haveres. Em razão dos termos acima devidamente formalizados para a saída da acionista DAG, conforme Instrumento de Transação assinado, os acionistas decidem aprovar a redução do capital social da Companhia, que atualmente encontra-se totalmente integralizado, com fulcro no artigo 173 da Lei nº 6.404/1976, passando de R$ 400.000,00 para R$300.000,00, isto é, com uma redução efetiva, portanto, de R$100.000,00 e com o consequente cancelamento de 100.000 ações ordinárias, originalmente de propriedade da acionista DAG CONSTRUTORA LTDA. (ii) Em razão da deliberação acima tomada no item (i) acima, os acionistas aprovam a alteração do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 4º - O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado é de R$ 300.000,00, divididos em 300.000,00 ações ordinárias nominativas sem valor nominal." Nada mais havendo a ser tratado. **Mesa: Federico Jorge Lagreca** - Presidente; **Demerval de Souza Gusmão Filho** - Secretário.

Eufrázio

Janeiro foi o mês mais quente da história

Segundo o Serviço Copernicus para Mudanças Climáticas, primeiro mês de 2025 registrou 1,75 grau Celsius acima do nível pré-industrial

Em janeiro de 2025, a temperatura do planeta registrou 1,75 grau Celsius (°C) acima do nível pré-industrial. Foi a maior já anotada pela série histórica do Serviço Copernicus para Mudanças Climáticas da União Europeia, ficando 0,79°C acima da média de 1991-2020 para o mês, com temperatura do ar na superfície de 13,23ºC.

"Janeiro de 2025 é outro mês surpreendente, continuando as temperaturas recordes observadas nos últimos dois anos, apesar do desenvolvimento das condições de La Niña no Pacífico tropical e seu efeito de resfriamento temporário nas temperaturas globais", diz Samantha Burgess, líder estratégica para o clima do Centro Europeu de Previsões Meteorológicas de Médio Prazo.

O registro leva o planeta ao 18º mês - dos últimos 19 meses - em que a temperatura média global do ar superficial foi superior a 1,5°C acima do nível pré-industrial. De fevereiro de 2024 a janeiro de 2025, o planeta ficou 1,61°C acima da média estimada de 1850-1900 usada para definir o nível pré-industrial.

De acordo com o relatório da instituição divulgado ontem, as temperaturas acima da média foram observadas principalmente no sudeste da Europa, nordeste e noroeste do Canadá, Alasca e Sibéria, sul da América do Sul, África e grande parte da Austrália e Antártica. Já no norte da Europa, Estados Unidos e nas regiões mais orientais da Rússia, Península Arábica e sudeste Asiático, as temperaturas foram abaixo da média.

A temperatura média da superfície do mar para janeiro foi de 20,78ºC, considerando as zonas temperadas e intertropical, a cerca de 10 metros de profundidade. De acordo com o Copernicus, esse é o segundo valor mais alto anotado para o mês: 0,19°C abaixo de janeiro de 2024.

O relatório informou ainda que janeiro também foi predominantemente mais úmido do que a média, com fortes precipitações que levaram a inundações em algumas regiões. A média de chuvas foi maior na Europa Ocidental, em partes da Itália, Escandinávia e países bálticos; no Alasca, Canadá, centro e leste da Rússia, leste da Austrália, sudeste da África e sul do Brasil. O Copernicus é um programa de observação da Terra que utiliza medições de satélites, aeronaves e estações meteorológicas em todo o mundo. **(Agência Brasil)**

RAFAEL VIEIRA/DP FOTO



Além de quente, janeiro de 2025 também foi mais úmido, com fortes precipitações

TRUMP

"Faixa de Gaza seria dos EUA"

BASHAR TALEB/AFP



Território palestino está completamente destruído

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse ontem que Israel entregará a Faixa de Gaza aos Estados Unidos quando a guerra terminar e que não será necessário o envio de soldados americanos para aplicar sua proposta de controle e reurbanização do território palestino.

Em sua rede Truth Social, o mandatário republicano reafirmou seu impactante plano anunciado na terça-feira, que consiste em reassentar dois milhões de palestinos de Gaza no Oriente Médio.

"A Faixa de Gaza seria entregue aos Estados Unidos por Israel ao final dos combates", disse Trump em uma mensagem nas primeiras horas da manhã. "Não seriam necessários soldados por parte dos Estados Unidos! A estabilidade reinaria na região!!!", acrescentou o presidente norte-americano.

Trump deixou o mundo atônito ao anunciar, em uma coletiva de imprensa conjunta com o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, que "os Estados Unidos tomarão o controle da Faixa de Gaza".

O magnata acrescentou que Washington assumiria o território e retiraria as bombas não detonadas e os escombros para reconstruir o território, devastado por 15 meses de guerra.

Mas ofereceu poucos detalhes, e seu governo pareceu recuar na quarta-feira diante de uma avalanche de críticas dos palestinos, de governos árabes e de líderes mundiais. **(AFP)**

BAHIA

Iphan diz que sabia de problema em igreja

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) informou ontem que tinha conhecimento da falta de manutenção e conservação da Igreja São Francisco de Assis, em Salvador, mas não foi comunicado sobre a situação emergencial da edificação. Em nota conjunta, o Ministério da Cultura (MinC) e o Iphan afirmam que o imóvel é de propriedade da Ordem Primeira de São Francisco, responsável direta pela gestão e manutenção da igreja.

O teto da chamada Igreja de Ouro desabou na última quarta-feira (5), causando a morte da turista Giulia Panchoni Righetto, de 26 anos, natural de Ribeirão Preto (SP). Outras seis pessoas ficaram feridas.

De acordo com o MinC, em maio de 2022, o Iphan emitiu um auto de infração à proprietária da igreja, a Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil - Comunidade Franciscana da Bahia, "em razão da degradação da Igreja por falta de manutenção e conservação". Uma visita técnica do Iphan à edificação histórica havia sido agendada para ontem, depois que o Instituto recebeu um pedido na última segunda-feira (3) para avaliação de uma dilatação do forro do teto da igreja, sem indicação de situação emergencial.

O pedido foi encaminhado pelo guardião da Igreja e Convento de São Francisco, Frei Pedro Júnior Freitas da Silva. **(Agência Brasil)**

Jogo dos "infiltrados"

Visitante ante o Jaguar, hoje, na Arena de PE, o Santa Cruz não poderia ter torcida. Porém, os tricolores devem ir ao estádio "camuflados". Santa é o líder da disputa


RAFAEL VIEIRA/DP FOTO

O Jaguar manda os seus jogos na Arena. Mais de dois mil ingressos já foram vendidos

PAULO MOTA

Embalado depois de duas vitórias consecutivas, a Cobra Coral está de olho na classificação direta à semifinal do Estadual. O Santa Cruz visita o Jaguar hoje, às 20h, na Arena de Pernambuco, pela 7ª rodada do Campeonato Pernambucano. O confronto é uma oportunidade de se consolidar na liderança da competição.

Devido à punição imposta após os incidentes no último clássico, o Santa Cruz não terá direito a ingressos para sua torcida como visitante no jogo contra o Jaguar. No entanto, nas redes sociais, muitos torcedores tricolores estão organizando uma forma de acompanhar a partida "infiltrados" na torcida do time mandante. Até o momento, mais de dois mil ingressos foram vendidos, o que representa o maior público do Jaguar no torneio.

O presidente da Federação Pernambuca de Futebol, Evandro Carvalho, não vê problema nos "inflitrados", desde que eles não apareçam no estádio com adereços alusivos ao Santa Cruz.

Através das redes sociais, o Jaguar não vetou a entrada dos tricolores, até mesmo visando a parte financeira, mas pediu que todos os torcedores compareçam com camisa branca pedindo paz nos estádios.

Embalado pelas duas vitórias consecutivas, incluindo a quebra de tabu sobre o Sport, o Santa Cruz chega ao jogo com 13 pontos, na liderança do campeonato e com um objetivo claro: garantir a vaga direta na semifinal. O técnico Itamar Schülle tem à disposição um time bem entrosado. A única dúvida é se o meia Matheus Melo retorna no lugar de Israel ou de Douglas Skilo.

Vale lembrar que, além da vaga nas semifinais, o time que terminar na primeira colocação da fase de grupos garante vaga na Copa do Brasil de 2026.

FICHA

Jaguar X **Santa Cruz**

Everton; Rafael Peixoto, Marcelão, Thallys e Thalisson; Anderson São João, Bredon, Jadiel; Daniel, Pedro Maycon e Hallef Pitbull.
Técnico: Pedro Manta.

Rokenedy; Toty, Matheus Vinicius, William Alves, Rodrigues; Balotelli e Lucas Siqueira e Israel; João Pedro, Thiaguinho e Matheus Melo.
Técnico: Itamar Schülle.

Local: Arena de Pernambuco, em São Lourenço da Mata
Horário: 20h
Árbitro: Michelangelo Almeida (PE)
Assistentes: Bruno Vieira e Manoel Barbosa (Ambos do PE)
Transmissão: GOAT e TV FPF (Youtube)



NEYMAR

Imprensa repercute estreia

A reestreia de Neymar pelo Santos na última quarta-feira (05) pode até ter encantado os torcedores do clube, mas não agradou parte da mídia esportiva internacional. Para alguns jornais estrangeiros, o jogador foi aquém do que poderia com sua habilidade e, por isso, sua atuação foi mais barulhenta do que uma apresentação de futebol.

A opinião mais dura vem do Sport, veículo espanhol. Para o jornal, Neymar, que estava cauteloso, "teve dificuldade em fazer a diferença em situações de um contra um diante de adversários de qualidade muito limitada" e "não fez nenhuma jogada espetacular".

O "Olé", da Argentina, foi mais positivo e destacou que o jogador ficou feliz com seu desempenho, ainda que precise melhorar até começar a jogar o futebol que sabe. "Desde sua entrada, ele gerou várias jogadas perigosas", escreveu o jornal.

Já o "L'équipe", da França, disse que, apesar de o empate ter sido triste, o grande evento foi a volta do príncipe à Vila. "Diante da família e dos amigos, entre eles o surfista Gabriel Medina, e o jogador de vôlei Bruninho, Neymar surpreendeu a todos por se mostrar muito disponível e muitas vezes inspirado", escreveu o jornal francês. (**Estadão Conteúdo**)

NÁUTICO

Timbu sofre com altos e baixos na temporada

CAIO ANTUNES

A temporada de 2025 no Náutico inicia com semelhanças em relação ao último ano. O Timbu segue com oscilações em resultados e principalmente em desempenhos, em um curto período de partidas. Dos oito jogos que fez até agora na temporada, foram quatro vitórias, um empate e três derrotas, entre altos e baixos.

O Náutico parecia encontrar a evolução em seu desempenho e conseguiu emendar uma boa sequência de três vitórias seguidas. Os triunfos seguidos começaram após uma grande vitória frente ao Ceará, pela Copa do Nordeste. Depois do resultado pelo regional, o Timbu levou a melhor no clássico das emoções frente ao Santa Cruz, para destravar de vez a confiança do seu torcedor na evolução da equipe. O terceiro triunfo consecutivo veio contra o embalado Maguary, que até então estava 100% no Pernambucano, com mais uma boa atuação nos Aflitos, apesar dos sustos.

Após isso, o Náutico vem em uma sequência de resultados negativos, com um desempenho muito abaixo da expectativa. Primeiro frente ao Retrô, que estava em situação delicada no Estadual, e depois contra o Confiança pela Copa do Nordeste, ambos por 1 a 0.

RAFAEL VIEIRA/DP FOTO


Vitória contra o Ceará foi um dos pontos altos do time



por Léo Medrado

Diario esportivo

leomedrado@cbnrecife.com
@leomedradope

O que há com o Náutico?

Leiam, no texto abaixo, a expressa opinião de um alvirrubro: "O estilo de jogo baseado em troca excessiva de passes entre os zagueiros é extremamente ineficiente e pouco produtivo. Em vez de acelerar a construção das jogadas e buscar passes verticais que quebrem linhas adversárias, o Náutico se prende a uma circulação de bola sem objetividade, que não ameaça o adversário e muitas vezes resulta em erros que comprometem a equipe. Enquanto o Náutico demora a progredir no campo, os adversários, com menos toques na bola, chegam rapidamente ao ataque e criam chances mais claras de gol. Isso evidencia a falta de dinamismo do time e a ausência de um plano ofensivo eficaz. Manter a posse de bola sem propósito não significa controle do jogo, mas sim desperdício de tempo e oportunidades". Meu enteado Lucca Nogueira, 21 anos, escreveu e enviou pra mim. Ele está absolutamente certo na análise que fez sobre o jogo diante do Confiança. O Náutico não deu um único chute contra a meta sergipana. Confiram nos melhores momentos do GE, no YouTube. Perguntei em uma das nossas enquetes no Traíras, onde está o principal problema do time: marcação, criação, finalização ou organização? A maioria respondeu a última opção. E a organização advém de um esquema tático bem definido e executado. O elenco é limitado. Existe a necessidade premente de reforços (pelo menos mais dois zagueiros e dois ponteiros), porém o principal problema é o treinador. Marquinhos Santos em todas as coletivas falha na leitura do jogo, não retrata o que realmente aconteceu e utiliza desculpas sempre acompanhadas da expressão " não é muleta, mas...". As justificativas são bisonhas. Jogamos 8 partidas em 23 dias, disse ele. O Departamento de Desempenho deixou de analisar o adversário: o Confiança jogou 9 vezes no mesmo período. Lucca, deixou no ar uma intrigante pergunta: "O que será melhor pro Náutico visando o futuro próximo, ganhar do Sport e Marquinhos permanecer, ou perder e Marquinhos sair?"

Mal, Pepa!

Até a coletiva após a derrota para o Fortaleza, o treinador português ainda não havia dito nada que fosse reprovável. Coletivas e entrevistas sempre sensatas. Ao reclamar do repórter que perguntou o porquê do treinador ter poupado alguns titulares na escalação do time que iniciou contra o Fortaleza, Pepa foi indelicado ao afirmar que o jornalista estaria "faltando com o respeito". Para mim, Pepa errou três vezes. Na escalação, em não ter mexido no intervalo (enquanto o jogo ainda estava empatado) e na declaração ao final. Mas, acredito que ele tenha a competência para comandar o Sport na Série A.

Schulle x Sued

Quem faz o melhor trabalho até agora no Estadual: Itamar Schulle no Santa ou Sued Lima no Maguary? Ora, pelo grau de dificuldade Sued, dirão alguns. Schulle, por sua vez, está fazendo um eficiente trabalho pela terceira vez consecutiva. Em quem você votaria?

Guerra das torcidas

FPF, Santa e Sport traçam metas contra organizadas

Em nota conjunta, o trio divulgou os principais pontos: proibição de apoio às torcidas extintas, exclusão de sócios envolvidos em crimes e reforços à segurança

DIVULGAÇÃO/FPF



Presidente da FPF, Evandro Carvalho, firmou acordo com dirigentes tricolores e leoninos

CAIO ANTUNES

Após as cenas de violência registradas no último sábado (01) antes e depois do Clássico das Multidões, veio a cobrança do Ministério Público para rompimento com as torcidas organizadas. Um rompimento por vezes declarado oficialmente, mas na prática camuflado com ações de parceira, seja por medo de represálias, seja por troca de apoio político.

Visando dar mais transparência a esse rompimento, o Sport e o Santa Cruz, em conjunto com a Federação Pernambucana de Futebol, anunciaram ontem medidas que serão adotadas contra as torcidas organizadas visando combater a violência.

A principal medida que os clubes terão o compromisso de adotar é da proibição da presença das torcidas organizadas dentro da sede social dos clubes para a realização de qualquer evento. Também foi adotado a expulsão do quadro de sócios para quem for preso ou indiciado em crimes relacionados a eventos esportivos, além da proibição de financiamento de qualquer natureza para integrantes de Organizadas.

PONTOS PRINCIPAIS

Proibir qualquer tipo de encontro ou reunião das extintas "torcidas organizadas" – e de quaisquer grupos que tentem burlar a extinção – dentro das sedes sociais dos clubes, bem como impedir a realização de eventos de qualquer natureza nesses espaços;

Excluir do quadro associativo qualquer sócio que seja preso e/ou indiciado pelas autoridades policiais ou judiciais por envolvimento em crimes relacionados a eventos esportivos ou partidas entre nossas equipes;

Estabelecer, de forma expressa, definitiva e inegociável, a proibição do fornecimento de apoio financeiro ou material de qualquer natureza, por parte de diretores ou membros dos clubes, a integrantes das torcidas extintas ou de sucessoras que tentam driblar a decisão judicial vigente.

LOTERIAS

Concurso	Dezenas
MEGA-SENA 2825	02 38 50 54 58 59
QUINA 6651	14 23 31 48 63
LOTOFÁCIL 3313	01 04 05 06 07 09 11 13 14 16 17 18 19 20 24
TIMEMANIA 2203	09 33 35 38 61 68 80

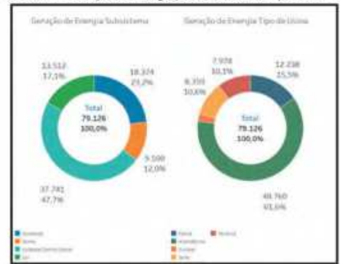
TIME DO CORAÇÃO **CORINTHIANS /SP**

ENERGÉTICA SUAPE II S.A. CNPJ/MF nº 09.373.678/0001-94

Relatório da Administração

Prezados Acionistas, Submetemos para vossa apreciação o Relatório da administração ("RAD") e as demonstrações financeiras da Energética Suape II S.A. ("Companhia" ou "Suape II"), com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. A Companhia apresenta a seguir os principais fatos que ocorreram em 2024. **1 - Operacional: 1.1 - Cenário Energético Brasileiro em 2024:** Em 2024, a matriz energética brasileira consolidou o crescimento das energias renováveis, com destaque para as fontes solar e eólica. As hidrelétricas mantiveram-se como a principal fonte de geração, apesar das variações regionais nos níveis de reservatórios. O consumo de energia aumentou significativamente, impulsionado por intensas ondas de calor que elevaram a demanda por climatização nos setores residencial e comercial. Embora o despacho termelétrico tenha registrado uma redução geral devido à maior participação das renováveis, as usinas térmicas desempenharam um papel crucial no último trimestre do ano. Elas foram acionadas para atender ao expressivo aumento da carga do sistema, especialmente nos meses de janeiro, março, abril e novembro, garantindo a segurança energética em momentos de alta demanda.

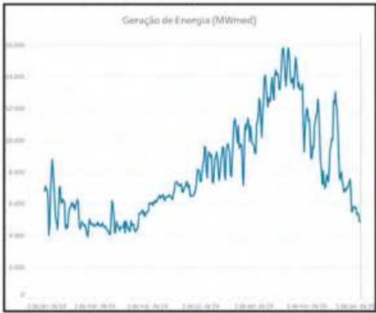
Gráfico 1: - Geração de Energia por Subsistema e Tipo de Usina



Fonte: ONS

As térmicas representaram 10,1% da geração de energia, garantindo segurança e estabilidade ao sistema em momentos de alta demanda e variação das fontes renováveis. As hidrelétricas lideraram com 61,6%, seguidas por eólicas (15,5%), solares (10,6%) e nucleares (2,2%). O Sudeste/Centro-Oeste contribuiu com 47,7% da geração, enquanto o Nordeste e o Sul consolidaram o crescimento das renováveis. As térmicas destacaram-se como essenciais para a confiabilidade e flexibilidade do sistema elétrico brasileiro. **1.2 - Despacho Térmico e a Suape II:** Em 2024, Suape II destacou-se como uma das principais usinas do país, atendendo de forma estratégica às demandas do Sistema Interligado Nacional ("SIN"), especialmente no último trimestre, quando intensas ondas de calor e baixa geração renovável elevaram a carga do sistema. Com flexibilidade operacional, rápido acionamento e alta confiabilidade, a usina complementou as fontes renováveis e garantiu a estabilidade energética nas regiões Nordeste e Sudeste. Sua atuação evitou riscos de sobrecarga em momentos de alta demanda, reforçando a importância das térmicas para equilibrar o fornecimento de energia em um cenário de transição energética. A Suape II consolidou-se como um pilar de segurança no planejamento energético brasileiro, destacando o papel indispensável das térmicas para garantir a confiabilidade e flexibilidade do sistema.

Gráfico 2: Geração de Energia Termelétrica no Nordeste



Fonte: ONS

1.3 - Contexto Operacional da Suape II em 2024: Em 2024, Suape II destacou-se por sua atuação em despachos em tempo real, quando a usina foi acionada sem programação prévia para garantir a segurança energética, especialmente durante o mês de novembro, atendendo de forma rápida e eficiente às exigências do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"). A usina realizou um amplo programa de manutenção e conservação e sua infraestrutura e grandes equipamentos, como filtros, chaminés, radiadores e sistemas auxiliares, além de intervenções na subestação de 230 kV e inspeções e correções na linha de transmissão, tudo sem comprometer sua disponibilidade operacional. A inovação também foi destaque com a implementação de um sistema de aquecimento elétrico com automação e inteligência artificial, substituindo combustíveis fósseis e reduzindo impactos ambientais. A gestão integrada e reuniões constantes com parceiros garantiram alinhamento e segurança nas operações, refletindo-se na marca de mil dias sem acidentes com afastamento. O treinamento contínuo e a eficiência operacional asseguraram respostas ágeis às demandas do ONS, consolidando a Suape II como referência em confiabilidade e sustentabilidade no setor elétrico.

Gráfico 3: Geração da Suape II



Fonte: ONS

A classificação da geração realizada pela Companhia foi predominantemente por Razões Elétricas, titulação dada quando há restrições na operação do SIN.

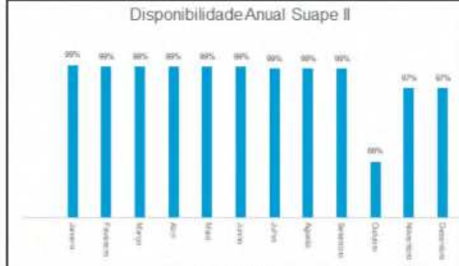
Figura 1: Visão Geração dos motores da Suape II



Fonte: *WOIS Wärtsilä* (26/11/2024)

Em 2024, a Suape II alcançou uma disponibilidade média de 98%, superando a meta de 87% definida pelo ONS. Mesmo durante manutenções específicas em outubro, com 88% de disponibilidade, a usina manteve-se dentro dos critérios esperados. O ano encerrou com 97% em novembro e 98% em dezembro, reafirmando sua confiabilidade no atendimento ao SIN.

Gráfico 4: Disponibilidade Anual da Suape II



Fonte: ONS

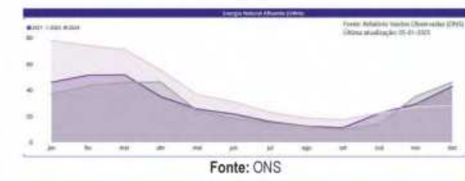
No total foram cerca de 20 GWh de energia produzida no ano de 2024 representando um percentual de 0,60% da capacidade anual disponível de geração da usina.

Tabela 1: Geração da Suape II

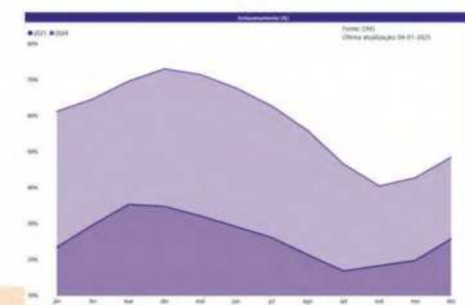
Meses	Geração Bruta (MWh) 2024	2023
JAN	3.486,603	-
FEV	-	-
MAR	4512,690	-
ABR	2.078,791	-
MAI	-	-
JUN	-	-
JUL	-	-
AGO	-	-
SET	-	-
OUT	-	1.750,281
NOV	9.903,251	14.646,030
DEZ	-	12.492,192
Total	**19.981,335**	**28.888,503**
Média mensal	**1.665,111**	**2.407,375**
Despacho anual	**0,60%**	**0,87%**

Fonte: Suape II

2 - Segurança, Saúde e Meio Ambiente: No ano de 2024, a Companhia continuou com as ações previstas para atendimento aos requisitos normativos previstos na legislação de segurança e saúde do trabalho, cumprindo todas as exigências definidas em programas voltados para a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. Foram aproximadamente 300 mil horas trabalhadas com exposição a riscos, tendo como resultado uma taxa de frequência de acidentes que foi de 3,33 (2023: 10,6), resultante de um acidente com afastamento (para a Organização Internacional do Trabalho "OIT", uma taxa de frequência menor que 20, é considerada como muito boa – *Fonte "Noções de Prevenção e Controle de Perdas em Segurança do Trabalho" - Autor: José da Cunha Tavares*). Ainda assim, mesmo com a melhoria concreta da taxa supracitada, a Companhia entende que a segurança precisa ser prioridade e que acidentes e doenças do trabalho não devem acontecer. Para isso, é importante a atuação constante no aculturamento da força de trabalho no que tange as melhores práticas de segurança. Em 2024, a Companhia comemorou os mil dias de trabalho sem acidentes com afastamento e continua investindo bastante em capacitação, campanhas e eventos de Segurança, Meio Ambiente e Saúde ("SMS"), principalmente com interface com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes ("CIPA"). Entendemos que o desenvolvimento de pessoas é um dos principais caminhos para prevenção, além de agregar conhecimento ao nosso capital humano. Para Diretoria e Acionistas, as pessoas são os maiores patrimônios da Companhia. No quesito prevenção e combate a incêndio, foi mantido rígido controle de todos os sistemas críticos de segurança (detecção e alarme, sistema de dilúvio, funcionamento de bombas etc.), que foram mantidos em perfeito funcionamento, garantindo a proteção da planta, o que permitiu novamente a obtenção do Atestado de Regularidade do Corpo de Bombeiros do estado de Pernambuco sem nenhuma recomendação. No quesito Meio Ambiente, a Companhia cumpriu com todas as exigências impostas pela Licença de Operação ("LO") emitida em fevereiro de 2023 (validade até dezembro de 2027). Todo resíduo gerado na Companhia foi destinado de forma rastreada e responsável, atendendo todas as exigências legais no âmbito estadual e federal. A Companhia tem buscado sempre reduzir a geração de resíduos pensando na minimização do impacto gerado em aterros sanitários, e quando ainda não é possível essa redução, busca-se atuar na melhor separação para que possibilite o reuso e reciclagem de materiais. Anualmente, a Companhia atualiza o PGRSI ("Programa de Gerenciamento de Resíduos Industriais") focado nos melhores controles e registros de geração de resíduos, possibilitando análise para busca de melhores resultados nos anos seguintes. **3 - Ambiente regulatório: 3.1 - Monitoramento Prudencial (CCEE) – Conclusão do Período Sombra:** A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") implementou, em novembro de 2023, o Monitoramento Prudencial, um mecanismo que avalia a alavancagem dos agentes e os riscos sistêmicos no Mercado Livre de Energia, aumentando a segurança e a transparência das operações. Durante o "período sombra" de 2024, 98% dos agentes participaram, e o Fator de Alavancagem apresentou baixa volatilidade, destacando variações em geradores e comercializadores de grande porte. O relatório do período sombra foi enviado à ANEEL, que deverá abrir consulta pública em 2025 para ajustes antes da implementação definitiva. Até lá, o período sombra continuará em vigor. O Monitoramento Prudencial já se mostra uma ferramenta crucial para mitigar riscos, fortalecer o mercado e promover confiança entre os agentes, com potencial para ser um marco regulatório no setor elétrico brasileiro. **3.2 - Cenário Hidrológico em 2024 e** ***Newave*** **Híbrido para 2025:** Em 2024, a Energia Natural Afluente ("ENA" abaixo da média no Sudeste foi compensada por elevados níveis de armazenamento, reduzindo o acionamento térmico. No entanto, as térmicas reafirmaram sua importância estratégica nos momentos críticos, com maior acionamento no final do ano devido à queda na geração solar e aumento da demanda causado pelo calor intenso. Em novembro, a Suape II destacou-se ao operar em sua capacidade máxima de 381 MW, garantindo estabilidade ao sistema. A partir de 2025, o modelo *Newave*, atualizado para representar hidrelétricas individualmente, reforçará o papel das térmicas, permitindo acionamento antecipado e otimizando recursos hídricos, consolidando-as como soluções indispensáveis para a segurança e planejamento energético do Brasil.



Fonte: ONS



Fonte: ONS

3.3 - Alteração dos Parâmetros de Atendimento à Potência do SIN: O Ministério de Minas e Energia ("MME"), por meio da Consulta Pública nº 175/2024, propôs a revisão dos critérios de segurança do SIN, sugerindo a redução dos parâmetros *Conditional Value at Risk* (CVaR) e LOLP de 5% para até 2%, com preferência indicada para 3%. Essas mudanças são fundamentais para o planejamento do SIN, impactando o cálculo das garantias físicas e a contratação de potência nos Leilões de Reserva de Capacidade. A proposta deve aumentar a demanda por potência contratada, passando de 5,5 GW para 6,71 GW até 2028, conforme o PDE 2034. Esse cenário reforça a relevância das usinas térmicas, que oferecem confiabilidade e flexibilidade indispensáveis ao sistema, além de beneficiar hidrelétricas e sistemas de armazenamento por baterias. As térmicas consolidam-se como pilares para um sistema elétrico mais robusto e resiliente, especialmente diante da variabilidade das fontes renováveis. **3.4 - Leilão de Armazenamento de Energia:** O MME lançou a Consulta Pública nº 176/2024 para debater o edital do primeiro Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência ("LRCAP"), voltado exclusivamente para sistemas de armazenamento de energia por baterias no Brasil. Esses sistemas deverão garantir potência máxima por 4 horas diárias, com capacidade mínima de 30 MW e suporte para 365 ciclos anuais. A receita será fixa, ajustada conforme o desempenho. No contexto operacional, as baterias podem atuar como complemento estratégico para as usinas termoelétricas, compensando restrições operativas dessas plantas. As baterias seriam abastecidas por fontes renováveis ou pelo excedente da rede de transmissão, fornecendo suporte em momentos críticos e otimizando a resposta do sistema elétrico. Essa integração reforça o papel das térmicas e amplia a flexibilidade e a segurança da matriz energética brasileira. **3.5 - Cronograma de Leilões (MME):** O MME publicou a Portaria nº 57/2022 com o calendário de leilões futuros. Em 2024, apenas o leilão de energia existente foi realizado, enquanto o Leilão de Reserva de Capacidade, previsto inicialmente para o início de 2024, foi adiado. A Portaria nº 97/2025, publicada em 06/01/2025, definiu diretrizes para contratação de potência elétrica, com o leilão agendado para junho de 2025. **4 - Investimentos em P&D:** A Companhia realiza investimentos em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação ("PD&I"), conforme estabelecido pela Lei nº 9.991/2000 e em atendimento a Resolução Normativa ANEEL nº 1.074/2023 de 19 de setembro de 2023. Os projetos selecionados são submetidos a uma análise técnica alinhada às necessidades operacionais e estratégicas da Companhia. Para isso, a Companhia mantém um processo contínuo de prospecção e está aberta ao recebimento de propostas, que podem ser enviadas para o e-mail ped@suapeenergia.com.br. A Companhia também faz uso dos valores gastos em PD&I para fruição dos incentivos fiscais de redução de IRPJ e CSLL previstos na Lei nº 11.196/2005 ("Lei do Bem"). Ao final de 2024 estavam em andamento e/ou aguardando aprovação junto a ANEEL os projetos demonstrados a seguir:

(Valores em Milhares de R$)

Projeto	Código ANEEL	Início	Término (previsão)	Status	Realizado Anos anteriores	Realizado 2024	Compro-metido (2025/2026)	Total PSD
Falha nos motores	PD-06599-0002/2013	janeiro/2014	janeiro/2017	Aprovado pela Aneel em julho/2017	1.753			1.753
Conjunto trafo harmônico	PD-06599-0003/2015	junho/2015	novembro/2019	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	4.197		-	4.197
Ultrassom	PD-D65 99-0004/2015	junho/2015	novembro/2019	Enterrado - Aguardando aprovação Aneel	3535		-	3535
Redes inteligentes	PD-06599-0005/2015	abril/2016	setembro/2020	Enterrado - Aguardando aprovação Aneel	2.299		-	2.299
Monitoramento on-line de óleo	PD-06599-0006/2016	agosto/2016	dezembro/2020	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	6.001		-	6.001
Captura de carbono (H2]	PD-06599-0007/2019	julho/2019	abril/2023	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	6007			6.007
Compactador de biomassa	PD-06599-0008/2019	novembro/2019	Junho/2022	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	3.115		-	3.115
Sistema de monitoramento do trafo	PD-D65 99-0009/2019	novembro/2019	agosto/2022	Enterrado - Aguardando aprovação Aneel	3.636		-	3.638
Biodetegente	PD- 07236-0009/2020	janeiro/2021	abril/2024	Enterrado - Aguardando aprovação Aneel	1.634	68	-	1.702
CS Carbono	PD-05478-0201/2023	junho/2023	agosto/2025	Pesquisa em andamento	471	492	278	1.241
Sistema de Monitoramento de vapor	PD-06599-0011/2023	dezembro/2023	dezembro/2025	Pesquisa em andamento		5.595	(710)	4.885
					32.650	5.155	(432)	38.373

5 - Desempenho Econômico-Financeiro:

5.1 – Indicadores empresarias*(Valores em milhares de Reais, quando aplicável)*

Indicadores econômicos	2024	2023	Variação % 2024/2023
Receita Operacional Bruta	386.115	377.546	2,27%
Receita Operacional Líquida - ROL	345.358	337.784	2,24%
EBITDA	224.877	197.180	14,05%
Resultado Operacional	202.237	174.570	15,85%
Resultado financeiro líquido	2.282	(2.795)	-181,65%
Lucro Líquido	174.059	144.837	20,18%
Índices de Liquidez	**2024**	**2023**	**Variação % 2024 / 2023**
Liquidez corrente => AC / PC	3,83	3,40	12,58%
Liquidei seca => (AC- Estoques) / PC	2,68	2,42	10,65%
Liquidez imediata => Disponível / PC	1,46	1,16	26,42%
Liquidez geral => (AC + RLP) / (PC + ELP)	3,77	1,95	93,66%
ROCE =>EBIT/ Capital Empregado	1,44	1,25	15,85%
ROCE => EBIT / (Ativo Total - Passivo Circulante)	0,37	0,31	17,45%
EBITDA	**2024**	**2023**	**Variação % 2024/2023**
Lucro Líquido	174.059	144.837	20,18%
Depreciação e amortização	22.640	22.610	0,13%
Despesas financeiras	10.920	16.655	-34,43%
Receitas financeiras	(13.202)	(13.860)	-4,75%
Imposto de Renda e Contribuição Social	30.460	26.918	13,07%
EBITDA	224.877	197.180	14,05%

SUAPE II - Resultado Gerencial Consolidado (DRE Gerencial)

(Valores em Milhares de R$)	Média mensal 2024-2020	2024	2023
(+) Receita Operacional		**386.174**	**377.682**
Receita fixa		365.234	348.477
Receita Geração		20.881	29 069
Outras Receitas (líquidas)		59	136
(-) Custo Operacional		**(181.687)**	**(205.907)**
Custo Fixo		(160.622)	(160.589)
Custo de Geração		(19.653)	(28.586)
Outros Custos		(1.380)	(16.732)
(=) Resultado Operacional		**204319**	**171.775**
Resultado fixo		204.612	187.888
Resultado da Geração		1.228	483
Outros Resultados		(1.321)	(16.596)
(-) Impostos		**(30.460)**	**(26.938)**
Imposto de Renda (IR)		(50.601)	(41.027)
Contribuição Social (CS)		(18.206)	(14.772)
Impostos Diferidos (IR/CS)		(85)	(2.753)
Incentivo fiscal SUDENE		38.431	31.613
(=) Lucro Líquido do Exercício		**174.059**	**144.837**
EBITDA Total		**224.877**	**197.180**

6 - Endividamento: Em novembro, a Companhia renegociou o financiamento contratado junto ao Banco Santander em agosto de 2021, obtendo condições de juros mais atrativas. Essa iniciativa está alinhada à estratégia da Companhia de buscar continuamente melhores condições financeiras. O financiamento manteve a previsão de fluxo de pagamento de parcelas semestrais até o mês de setembro de 2026. Ressalta-se que esse financiamento foi celebrado em substituição ao anterior, reforçando o compromisso da Companhia com a otimização de suas condições financeiras e a redução de custos associados à dívida. **7 - Benefício fiscal de redução do IRPJ (SUDENE):** Em 2024 a Companhia manteve a fruição do benefício de redução de 75% do IRPJ e adicionais não restituíveis na modalidade de Modernização Total de Empreendimento com vigência de 10 anos (a contar de 2023) concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") e homologado pela Receita Federal do Brasil ("RFB") através do Ato Declaratório Executivo DRF/NAT nº 97/2023. **8 - Composição acionária:** A Companhia tem por acionistas a Savana SPE Incorporações Ltda. e a Petróleo Brasileiro S.A. que detém, respectivamente, 80% e 20% de suas ações. **9 - Auditores independentes:** Para o exercício de 2024, a Companhia celebrou contrato com a BDO RCS Auditores Independentes, conforme autorizado pelo Conselho de Administração. A política desta contratação adotada pela Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 2024 foi emitido sem ressalvas, referendando desta forma que as demonstrações financeiras apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **10 - Perspectivas 2025:** O setor energético brasileiro em 2025 será marcado por avanços regulatórios, tecnológicos e a crescente demanda por segurança energética. O Leilão de Reserva de Capacidade (LRCAP) para baterias representa uma aposta em inovação e resiliência, enquanto os ajustes no CVaR e LOLP aumentarão a demanda por potência, beneficiando térmicas que oferecem energia confiável e flexível. Fontes renováveis, como solar e eólica, continuarão em expansão, complementadas por sistemas de armazenamento que garantem estabilidade ao Sistema Interligado Nacional (SIN). A Suape II, peça-chave no setor termoelétrico, está alinhada às diretrizes de transição energética do Brasil. Em preparação para o LRCAP de 2025, a usina está desenvolvendo projetos estratégicos, como a conversão para biodiesel e o desenvolvimento de motores de geração movidos a etanol, que garantirão operação eficiente, rápida e com baixíssimas emissões. Essas iniciativas permitirão à Suape II atender às exigências do sistema com sustentabilidade, mantendo sua confiabilidade operacional e contribuindo para a segurança energética em momentos de alta variabilidade das fontes renováveis. Com mais de uma década de excelência operacional e uma sólida parceria com a *Wärtsilä*, a Suape II vislumbra sua continuidade para além de 2027 por mais 10 a 15 anos. A usina está pronta para liderar a inovação no setor, tornando-se pioneira na geração de energia a etanol, reafirmando seu compromisso com uma matriz energética limpa, eficiente e alinhada às demandas futuras do Brasil. **11 – Conclusão:** Por fim, com a manutenção das boas práticas e o compromisso com o cumprimento rigoroso dos procedimentos operacionais, a Suape II encerra o ano de 2024 e inicia 2025 plenamente apta e 100% disponível para atender a seus compromissos contratuais. A usina reafirma seu foco na busca constante por inovação, realização das suas manutenções preventivas, na execução eficiente do planejamento anual e na melhoria contínua de processos e indicadores, contribuindo de forma decisiva para a segurança energética e o atendimento às demandas do SIN, em total conformidade com as normas e diretrizes estabelecidas pelo ONS e pela ANEEL.

Cabo de Santo Agostinho, 31 de janeiro de 2025.

A Administração

Balanços patrimoniais Em 31/12/2024 e 2023 (Em mR$)

	Nota Explicativa	2024	2023
Ativo		608.953	626.740
Circulante		212.603	223.323
Caixa e equivalentes de caixa	8	81.180	75.937
Contas a receber de clientes	10	52.638	76.719
Estoques	11	63.692	64.184
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	12	6.681	2.137
Despesas pagas antecipadamente	14	3.644	3.969
Outros créditos	13	4.768	377
Não circulante		**22.627**	**6.742**
Aplicações financeiras restritas	9	21.267	5.297
Ativo fiscal diferido	20.3	1.360	1.445
Imobilizado	15	373.671	396.598
Intangível	16	52	77
		396.350	403.417

	Nota Explicativa	2024	2023
Passivo e patrimônio líquido		608.953	626.740
Circulante		55.557	65.698
Fornecedores	17	10.296	14.210
Empréstimos, financiamentos e encargos	18	16.350	27.122
Tributos e contribuições sociais	19	2.361	2.861
Passivo fiscal corrente	20	17.884	13.077
P&D e taxas regulatórias	21	3.523	3.108
Outras contas a pagar	22	5.143	5.320
Não circulante		**31.191**	**59.674**
Empréstimos, financiamentos e encargos	18	31.191	58.483
P&D e taxas regulatórias	21	-	1.191
Patrimônio líquido		522.205	501.368
Capital social	24	139.977	139.977
Reserva legal	24	27.995	27.995
Reserva de incentivos fiscais	24	338.605	300.174
Dividendos adicionais propostos	24	15.628	33.222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2024 e 2023 (Em mR$)

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023		139.977	27.995	268.559	20.338	-	456.869
Distribuição de lucros	24.4	-	-	-	(20.338)	-	(20.338)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	144.837	144.837
Destinação do lucro							
Dividendo mínimos obrigatórios	24.4	-	-	-	-	(28.306)	(28.306)
Dividendos intermediários	24.4	-	-	-	-	(51.694)	(51.694)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	24.3	-	-	31.615	-	(31.615)	-
Dividendos adicionais propostos	24.4	-	-	-	33.222	(33.222)	-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2023		139.977	27.995	300.174	33.222	-	501.368
Distribuição de lucros	24.4	-	-	-	(33.222)	-	(33.222)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	174.059	174.059
Destinação do lucro							
Dividendo mínimos obrigatórios	24.4	-	-	-	-	(33.907)	(33.907)
Dividendos intermediários	24.4	-	-	-	-	(86.093)	(86.093)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	24.3	-	-	38.431	-	(38.431)	-
Dividendos adicionais propostos	24.4	-	-	-	15.628	(15.628)	-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2024		139.977	27.995	338.605	15.628	-	522.205



Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20250207/

(...) Continuação (...) ENERGÉTICA SUAPE II S.A. CNPJ/MF nº 09.373.678/0001-94

Demonstrações do resultado em 31/12/2024 e 2023 (Em mR$)

	Nota explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	26	345.358	337.784
Custo Operacional	27	(127.474)	(133.440)
Lucro bruto		**217.884**	**204.344**
Receitas e despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	27	(15.706)	(29.911)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas	27	59	137
Lucro antes do resultado financeiro		**202.237**	**174.570**
Receitas financeiras	28	13.202	13.860
Despesas financeiras	28	(10.920)	(16.655)
Resultado financeiro líquido		**2.282**	**(2.795)**
Resultado antes do I.R. e C.S.		**204.519**	**171.775**
Imposto de renda	20	(50.601)	(41.027)
Contribuição social	20	(18.206)	(14.772)
Imposto de renda diferido	20	(62)	(2.025)
Contribuição social diferida	20	(22)	(729)
Incentivo fiscal SUDENE	20	38.431	31.615
		(30.460)	(26.938)
Lucro líquido do exercício		174.059	144.837
Lucro por ação básico e diluído atribuído aos acionistas - R$		**1,24**	**1,03**

Demonstrações do resultado abrangente em 31/12/2024 e 2023 (Em mR$)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**174.059**	**144.837**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	**174.059**	**144.837**

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2024 e 2023 (Em mR$)

	Notas	2024	2023
Lucro líquido exercício		**174.059**	**144.837**
Ajustes			
Depreciação e amortização	15 e 16	22.640	22.610
Baixa no ativo imobilizado e intangível	15 e 16	943	2.124
IR e C.S. - correntes e incentivo fiscal SUDENE	20.2	30.376	24.184
IR e C.S. - diferidos	20.2	84	2.753
Atualização dos dividendos	24.4.3	746	1.278
Encargos de empréstimos e financiamentos	18	8.829	14.188
		63.618	**67.137**
Lucro líquido ajustado		**237.677**	**211.974**
Aumento/(redução) dos ativos			
Contas a receber de clientes		24.081	(31.981)
Estoques		492	2.743
Tributos e contribuições a recuperar		-	1.405
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(4.544)	5.039
Despesas pagas antecipadamente		325	(636)
Outros créditos		(4.391)	15.039
		15.963	**(8.391)**
Aumento/(redução) dos passivos			
Fornecedores		(3.914)	7.410
Tributos e contribuições sociais		(500)	(432)
P&D e taxas regulatórias		(776)	(4.391)
Provisão para honorários advocatícios		-	(12.347)
Outras contas a pagar		(177)	(364)
		(5.367)	**(10.124)**
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**248.273**	**193.459**
Impostos pagos sobre o lucro		(22.718)	(18.568)
Juros e IOF pagos	18	(11.803)	(15.701)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**213.752**	**159.190**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate/(aplicação) das aplicações financeiras		(18.134)	(3.965)
Aquisição de imobilizado	15	(1.262)	(477)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		**(19.396)**	**(4.442)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recursos provenientes de novos empréstimos e financiamentos	18	46.786	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	18	(81.930)	(22.462)
Pagamento de dividendos	24.4.3	(153.801)	(100.050)
Pagamento do IRRF e da atualização monetária dos dividendos	24.4.3	(168)	(1.278)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		**(189.113)**	**(123.790)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**5.243**	**30.958**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		75.937	44.979
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		81.180	75.937
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**5.243**	**30.958**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 - Contexto operacional: A Energética Suape II S.A. ("Cia." ou "Suape II") é uma S.A. de capital fechado, constituída com a finalidade de desenvolver, implementar, operar e explorar uma usina termelétrica movida a óleo combustível e está localizada próximo ao Complexo Portuário de Suape no município do Cabo de Santo Agostinho, no Estado de Pernambuco. É considerada atualmente a maior termelétrica a óleo combustível ("OCB1") da América Latina. Está conectada ao Sistema Interligado Nacional ("SIN") em 230kV, onde se interliga a 5,6 km com a Subestação SE Suape II da Cia. Hidroelétrica São Francisco ("CHESF"), tendo em vista fornecer a sua máxima energia disponível de maneira a compor sua significativa parcela no suprimento energético do Setor Elétrico Brasileiro, realizando um papel importantíssimo para o país, em especial a Região Nordeste, onde está localizada. A Suape II sagrou-se vencedora do leilão de energia nova A-5 de 2007, tendo início da sua operação comercial em 24/01/13 e finalização do seu Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR") previsto para 31/12/2026, com outorga de autorização até 2043, através da Portaria Autorizativa MME 217/08. Por meio da Resolução ANEEL nº 2.656/10, ampliou sua potência instalada para 381,255MW (17 unidades geradoras x 22,425 MW) e em 03/16 teve sua garantia física revisada de 265,4 MW para 269,1 MW, conforme Portaria MME 046/16. Em 2024 a Suape II operou 0,60% da sua capacidade total disponível, este percentual correspondeu a geração efetivamente realizada no período de outubro a dezembro. Ao todo foram aproximadamente 20 GWh de energia gerada. O Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") despachou a usina por Razões Elétricas, onde os principais motivadores foram: **a)** Ondas de calor que provocou um aumento na carga do Sistema Interligado Nacional ("SIN") em mais de 100 GW; **b)** Despacho por ordem de mérito, que se dá quando o custo operacional da usina está menor que o custo operacional do sistema. A dinâmica da Operação e Manutenção ("O&M") foi predominantemente em regime stand-by, onde a planta pôde intensificar os planos de conservação dos seus sistemas e estruturas operacionais de forma a assegurar a qualidade no abastecimento de energia elétrica ao SIN sempre que solicitado. A Cia. registrou 98% de disponibilidade conforme indicador preliminar do Relatório de Avaliação de Desempenho da Manutenção da Rede de Operação ("RAD"). Esse percentual de disponibilidade é 11% maior do que o mínimo exigido pelo ONS que é de 87%. O resultado alcançado consolida a constante busca pela melhoria e eficiência da usina e seus sistemas operacionais através do esforço assertivo empregado pelo time de colaboradores da Cia. A Suape II inicia 2025 fortalecida por sua confiabilidade operacional e preparada para atender a um cenário de maior demanda por geração térmica, impulsionado pelas ondas de calor prolongadas e pela intermitência das fontes renováveis. O desligamento de várias usinas em 2024 posiciona a Suape II de forma ainda mais estratégica, aumentando a probabilidade de acionamentos pelo ONS para garantir a segurança energética do SIN. Além de focar no desenvolvimento de projetos estratégicos, como a conversão para biodiesel e o avanço do protótipo de motor a etanol, que visam consolidar sua operação sustentável a partir de 2027, a usina manterá um compromisso firme com seu contrato atual. Isso inclui a execução de manutenções preventivas e corretivas, conservação de infraestrutura, e garantia de alta disponibilidade e confiabilidade para atender às demandas do sistema elétrico. A Cia. também seguirá investindo em inovação e capacitação das equipes, assegurando que seus processos operacionais continuem a atender os mais altos padrões de eficiência e segurança. Com essa postura proativa e comprometida, a usina não apenas sustenta seu papel essencial no SIN, mas também reforça sua posição como um exemplo de excelência no setor termoelétrico, alinhada às demandas de transição energética e sustentabilidade no Brasil. **2 - Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As DFs foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das DFs foi autorizada pela Diretoria em 31/01/25. Detalhes sobre as políticas contábeis da Cia., estão apresentadas na Nota Explicativa 7. Todas as informações relevantes próprias das DFs, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3 - Moeda funcional e base de mensuração:** Estas DFs estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Cia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 - Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas DFs, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Cia. e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** A Cia. entende que não há impactos relevantes decorrentes de julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas DFs. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31/12/24 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota Explicativa nº 15 - Ativo imobilizado:** Teste de valor recuperável dos ativos imobilizados, considerando a avaliação entre a estimativa da vida útil, o valor residual econômico dos ativos e sua geração de caixa. **Nota Explicativa nº 20.3 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; e principais premissas em relação aos valores recuperáveis; **Nota Explicativa nº 23 - Contingências:** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **Nota Explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo. ***Mensuração do valor justo:*** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Cia. requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Cia. usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Cia. reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das DFs em que ocorreram as mudanças. Quando disponível, a Cia. mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Cia. utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Cia. mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Cia. determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Informações adicionais sobre premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa 30 (Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). **5 - Mudanças nas principais políticas contábeis:** Não houve alterações nas principais políticas contábeis em 2024. **6 - Base de mensuração:** As DFs foram preparadas com base no custo histórico. **7 - Principais políticas contábeis:** A Cia. aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas DFs. **7.1 - Moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Cia. pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **7.2 - Receita de operações com energia elétrica:** As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: **(i)** a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; **(ii)** a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; **(iii)** a determinação do preço para cada tipo de transação; **(iv)** a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e **(v)** o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica. Segue abaixo as receitas operacionais que a Cia. reconhece, em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. ***(i) Receita de energia elétrica no ambiente regulado:*** As receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixada em contrato e variável, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita variável pela venda de energia elétrica é reconhecida mensalmente por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente. ***(ii) Receita energia elétrica no ambiente de comercialização livre:*** Na operação de contratação em ambiente livre, a Cia. tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh (determinado pela oferta e procura do mercado no momento da operação). A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre. A Cia. não realizou operações de venda de energia elétrica no ambiente livre em 2024, sendo as operações no ambiente livre decorrentes da "operação de lastro" oriunda de uma penalidade regulatória (não atendimento da Garantia Física prevista – Decreto nº 5163/04, art. 2º, I, §º e art. 3º. §1º e clausula 5.7 dos CCEARs). O efeito líquido da operação está demonstrado na Nota Explicativa 27. **7.3 - Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. São classificadas a custo amortizado e estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das DFs, apurados pelo critério pro rata, que equivalem aos seus valores de mercado. **7.4 - Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Cia. compreendem: - Receita de aplicações financeiras; - Receita de juros; - Despesas de juros; - Tributos sobre ganhos financeiros; e - Ganhos/perdas líquidas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelos juros efetivos. A Cia. classifica a despesa de juros como fluxos de caixa das atividades operacionais. **7.5 - IR e C.S.:** O IR e a C.S. do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para o IR e 9% sobre o lucro tributável para a C.S. sobre o lucro líquido. As despesas com IR e C.S. compreende os impostos de renda e C.S. correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. A Cia. determinou que os juros e multas relacionados ao IR e à C.S., incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de IR e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A Administração da Cia. conduziu análises referente ao ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro referente aos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais e não identificou tratamentos que potencialmente poderiam expor a Cia. a riscos materialmente prováveis de perda. A Administração da Cia. avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Cia. sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias. ***(i) Despesas de IR e C.S. corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***(i) Despesas de IR e C.S. diferidas:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos em relação a diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de DFs e os usados para fins de tributação. Os ativos tributários diferidos são reconhecidos por prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base em planos de negócios da Cia. e a reversão de diferenças temporárias. Os ativos fiscais diferidos são revisados em cada data do balanço e são reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado; tais reduções são revertidas quando a probabilidade de lucros tributáveis futuros melhorar. Os ativos de impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados em cada data de balanço e reconhecidos na medida em que se tornou provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Cia. espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **7.6 - Subvenções governamentais (Lucro da exploração):** As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período, como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais. A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o Art. 195-A da Lei 6.404/1976, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos. Desde 2013, a Cia. usufrui da redução de 75% do IRPJ inclusive adicionais não-restituíveis, que é um benefício fiscal regional que tem por objetivo incentivar as operações de Cias. localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), por meio da redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis. A vigência atual do benefício é pelo prazo de 10 anos (até o final de 2032) na modalidade de Modernização Total de Empreendimento, conforme Laudo Constitutivo nº 0024/23 emitido pela SUDENE e homologado pela Receita Federal do Brasil ("RFB"), através do Ato Declaratório Executivo DRF/NAT nº 97/23. Os valores relativos aos benefícios estão demonstrados na Nota Explicativa 24.3. **7.7 - Estoques:** O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, os quais são ajustados por provisão, quando aplicável. O estoque de combustíveis, peças de reposição e consumíveis está detalhado na Nota Explicativa 11. As peças de reposição passam por análise anual de giro, sendo reclassificadas para o ativo imobilizado (Nota Explicativa 15), quando cabível. **7.8 - Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas na redução do valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cia. ***(iii) Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. **7.9 - Intangível:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, como utilização de softwares. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. ***(ii) Gastos subsequentes:*** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. ***(iii) Amortização:*** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), elaborado pela ANEEL, as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens. A amortização é reconhecida no resultado. **7.10 - Instrumentos financeiros:** ***7.10.1 - Ativos financeiros:*** *(i) Reconhecimento e mensuração inicial:* As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Cia. se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Cia. mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

7.10.2 - Passivos financeiros: Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. ***Passivos financeiros:*** A Cia. não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Cia. também não reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **7.11 - Capital social:** O capital social está representado por ações ordinárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A Cia. não emitiu ações preferenciais ou outro tipo de título patrimonial que tenha a possibilidade de conversão em ações ordinárias. Quando proposta pela Cia., a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no Estatuto Social da Cia. **7.12 - Redução ao valor recuperável (*impairment*):** ***(i) Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:*** A Cia. reconhece provisões para perdas esperadas de crédito, quando aplicável, sobre: - Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e - Ativos de contrato. Quando aplicável, a Cia. mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: - Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e - Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. - As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato, quando aplicáveis, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Cia. considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Cia., na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*). ***Mensuração das perdas de crédito esperadas:*** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Cia. de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Cia. espera receber). ***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:*** Quando aplicável, a provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. ***(ii) Ativos não financeiros:*** Os ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGC são alocadas para redução do valor contábil dos ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **7.13 - Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Cia. possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais são provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis. **7.14 - Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Cia. tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Cia. requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Cia. mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Cia. utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Cia. mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. **7.15 - Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Cia. e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por Ação. **7.16 - Dividendos:** De acordo com a legislação brasileira, a Cia. é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com o CPC 24 - Evento Subsequente e o ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas os dividendos mínimos obrigatórios podem ser provisionados. Já os dividendos declarados ainda não aprovados só devem ser reconhecidos como passivo nas DFs após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de "Dividendos Adicionais Propostos", em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das DFs.

8 - Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos	24	161
Aplicações financeiras - Certificados de depósito bancário (CDB)	40.610	29.928
Aplicações financeiras - Letras Financeiras (LF)	40.546	45.848
Total de caixa e equivalentes de caixa	**81.180**	**75.937**

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, remunerados ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). No exercício findo em 31/12/24, as aplicações apresentaram rendimentos médios entre 100% e 102% do CDI nas principais aplicações: CDB/LF Itaú, CDB ABC, CDB Santander e CDB BNB (2023: 98% e 103,5% do CDI). **9 - Aplicações financeiras restritas**

Instituição financeira	Modalidade	Ref.	Vencto.	Indexador	2024	2023
Banco do Nordeste do Brasil	Garantia CCG	a)	31/12/26	98% do CDI	5.861	5.297
Banco do Brasil S/A	Garantia CCT	b)	31/12/26	92% do CDI	141	-
Banco Santander S.A.	Garantia CCG RFN	c)	30/09/26	100% do CDI	15.265	-
Total das aplicações financeiras restritas					**21.267**	**5.297**

As DFs foram preparadas com base no custo histórico. **a)** Corresponde à aplicação em CDB firmada com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, por meio do Contrato Conta de Garantias ("CCG"). O saldo a ser mantido representa o montante de pelo menos um mês da TUST. O indexador foi 98% do CDI. **b)** Corresponde à conta de administração às garantias do Contrato de Conexão e Transmissão com a CHESF ("CCT - CHESF"). O montante aplicado representa uma parcela do contrato, conforme previsto na clausula 54 do CCT-CHESF. O indexador foi alterado na renovação do contrato de 94% para 92% do CDI, conforme previsto na Resolução Aneel 3.349/24. **c)** Corresponde à aplicação em CDB firmada com o Banco Santander para garantia do empréstimo contratado em novembro/24 (Nota Explicativa 18b), por meio da Cédula de Crédito Bancário ("CCB"). O valor aplicado equivale a 30% do principal da dívida.

10 - Contas a receber de clientes	Ref.	2024	2023
Contas a receber de clientes	a)	2.084	15.281
Valores a faturar	b)	45.783	57.282
Liquidação no mercado de curto prazo	c)	4.765	4.147
Venda de óleo usado e sucata		6	9
Total de contas a receber		**52.638**	**76.719**

a) O saldo a receber de 2024 corresponde ao saldo residual (1/3) da parte da parcela fixa e variável do mês de novembro. O montante contabilizado no contas a receber em 2023 refere-se a 1/3 das receitas fixa e de geração do mês de novembro. Na data de aprovação das presentes DFs, não há saldo a receber de clientes de valores faturados relativo ao exercício de 2024. **b)** Referem-se às parcelas fixa e de geração não faturadas conforme Contratos de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEAR"). A receita correspondente as operações no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") dos respectivos exercícios e liquidadas em janeiro do ano seguinte.

	2024	2023
Valores a faturar (NOV)	14.149	15.056
Valores a faturar	31.634	42.226
Total de valores a faturar	**45.783**	**57.282**

c) A liquidação no mercado de curto prazo ("MCP") é referente a recuperação de energia elétrica ("lastro") adquirida pela Cia. no mercado de curto prazo e o seu recebimento ocorre no 5º dia útil do segundo mês subsequente ao faturamento. A variação entre os períodos é decorrente da redução do Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD") vigente (R$ 103,51 p/MWh - novembro de 2024 e R$ 84,40 p/MWh - novembro de 2023). Os volumes adquiridos em 2024 e 2023 foram, respectivamente, de 34,83 MW médios e 46.02 MW médios. **Riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável :** A Cia. não possui histórico de perdas efetivas por redução ao valor recuperável relacionadas ao Contas a receber de clientes e outros recebíveis. A inadimplência atual referente a liquidação no Mercado de Curto Prazo ("MCP"), sendo liquidada no prazo de 90 dias. A exposição da Cia. a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes', está divulgada na Nota Explicativa 29.

11 - Estoques	Ref.	2024	2023
Estoque de combustíveis	a)		
Combustíveis para geração de energia		33.580	35.062
Estoque de peças			
Segurança / mínimo	b)	22.213	20.972
Overhaul	b)	2.513	2.997
Garantia	c)	4.077	4.251
		28.803	28.220
Outros estoques			
Consumíveis	d)	1.309	902
Total dos estoques		**63.692**	**64.184**

Os estoques da Cia. são essencialmente insumos ou materiais a serem consumidos ou transformados no processo de geração de energia. Eles são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. A mensuração dos estoques inclui também qualquer redução ao valor realizável líquido desses ativos. O método de avaliação dos estoques de insumos é o custo médio. **a)** O saldo em estoque de combustível refere-se ao óleo combustível B1 ("OCB1"), diesel e lubrificantes. O volume de OCB1 em estoque é definido de acordo com expectativa de geração, havendo uma capacidade máxima de tancagem nos tanques próprios para 5 dias de geração. b) Estoque de peças críticas essenciais para a segurança operacional da Cia., sendo composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações de manutenção realizadas. **c)** Estoque de peças patrimoniais recebidas em garantia para substituição de peças danificadas e manutenção de *overhaul*. **d)** Estoque de materiais para uso geral (limpeza, administrativo etc.). Com relação aos itens "b" e "c", anualmente é realizada análise do giro das peças e feita a reclassificação entre estoque (curto prazo) e ativo imobilizado (LP) (Nota Explicativa 15a) quando cabível. **12 - Pesquisa e Desenvolvimento – P&D**

	Ref.	2024	2023
Projeto Biodetergente	a)	-	1.634
Projeto CS Carbono	b)	963	471
Projeto Sistema de Monitoramento de vapor	c)	5.595	-
Serviços em curso	d)	123	32
Total de projetos de P&D em andamento		**6.681**	**2.137**

Conforme regulamentação estabelecida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento ("PRO-P&D") da ANEEL, as empresas geradoras de energia elétrica destinam 1% de sua Receita Operacional Líquida ("ROL") para Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"). Desse percentual, 40% são destinados para projetos de P&D e em eficiência energética de escolha da Cia. (*). Esses projetos são submetidos a avaliação da ANEEL que, ao final, emite parecer sobre a aprovação de acordo com a normas previstas no PROP&D. *(*) A partir 04/21, 30% do montante apurado passou a ser recolhido diretamente para o Ministério de Minas e Energia ("MME"), através da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE").* No final de 2024, a Cia. tinha dois projetos em andamento e um aprovado junto a ANEEL e oito em fase de análise e/ou aprovação junto a ANEEL.

Projeto	Código ANEEL	Início	Término	Status
Falha nos motores	PD-06599-0002/2013	janeiro/2014	janeiro/2017	Aprovado pela Aneell em julho/2017
Conjunto trafo harmônico	PD-06599-0003/2015	junho/2015	novembro/2019	Encerrado -Aguardando aprovação Aneel
Ultrassom	PD-06599-0004/2015	junho/2015	novembro/2019	Encerrado -Aguardando aprovação Aneel
Redes inteligentes	PD-06599-0005/2015	abril/2016	setembro/2020	Encerrado -Aguardando aprovação Aneel
Monitoramento on-line de óleo	PD-06599-0006/2016	agosto/2016	dezembro/2020	Encerrado -Aguardando aprovação Aneel
Captura de carbono (H2)	PD-06599-0007/2019	julho/2019	abril/2023	Encerrado -Aguardando aprovação Aneel
Compactador de biomassa	PD-06599-0008/2019	novembro/2019	Junho/2022	Encerrado -Aguardando aprovação Aneel
Sistema de monitoramento do trafo	PD-06599-0009/2019	novembro/2019	agosto/2022	Encerrado -Aguardando aprovação Aneel
Biodetegente	PD- 07236-0009/2020	janeiro/2021	abril/2024	Encerrado -Aguardando aprovação Aneel
CS Carbono	PD-05478-0201/2023	junho/2023	agosto/2025	Pesquisa em andamento
Sistema de Monitoramento de vapor	PD-06599-0011/2023	dezembro/2023	dezembro/2025	Pesquisa em andamento

a) Biodetergente (código ANEEL PD-07236-0009/20): projeto de pesquisa e desenvolvimento em fase de cabeça de série (cooperado), visando o aumento da escala de produção dos biodetergentes com características de biodegradabilidade e ausência de toxicidade capazes de limpar de forma rápida e eficiente os resíduos oriundos de petroderivados, tais como OCB1, diesel, óleo lubrificante e graxas, impregnados em peças, pisos e máquinas das usinas. O projeto foi encerrado em abril de 2024 e atualmente está aguardando a aprovação da ANEEL. **b)** CS Carbono (código ANEEL PD-05478-0201/23): Projeto complementar ao de Captura de Carbono (código ANEEL PD-06599-0007/19). Nesta nova fase serão aperfeiçoados os dispositivos para ciclo diesel dentro da fase cabeça de série para aplicação de hidrogênio na assistência a combustão de OCB1 e diesel. A pesquisa iniciou em junho/23 e tem término previsto para agosto de 2025. **c)** Sistema de monitoramento de vapor (código ANEEL PD-06599-0011/23): sistema de monitoramento e controle inteligente para sistemas de vapor industrial necessários para manutenção de temperatura de motores a combustão e de óleo combustível nas usinas termelétricas. O sistema parte da criação de modelos de adaptação climática baseados no estudo termodinâmico dos sistemas de aquecimento e suas demandas em cada condição ambiente e dos sistemas de aquecimento. A aplicação de fontes de energias disponíveis na planta será gerida de modo a avaliar melhor o valor em termos ecológico e econômico, garantindo, assim, maior benefício sob o aspecto da descarbonização, como também de economia para a usina. O projeto iniciou-se em dezembro de 2023, porém com desembolso financeiro a partir de 2024, e tem término previsto para dezembro de 2025. **d)** Atividades relacionadas com a gestão do programa de P&D (ciclo 2023/25), contemplando a elaboração de relatórios para a ANEEL em formatos pré-determinados nos manuais vigentes. Nesta atividade, está inclusa a dedicação horária da equipe de gestão para realizar as demais atividades previstas no projeto de gestão, como interação com outras empresas e instituições para viabilizar parcerias e cooperação, inclusive, o controle físico, financeiro, contábil e jurídico dos projetos em execução na empresa. Maiores detalhes sobre os projetos podem ser consultados no site da Cia.: www.suapeenergia.com.br.

13 - Outros créditos	Ref.	2024	2023
Wartsila Finland OY	a)	2.546	-
Mult Serviços	b)	1.099	216
K da M Dantas Serviços	c)	926	-
Fornecedores diversos		155	142
Reforming Engenharia		21	-
Vibra Energia S.A.		-	7
Adiantamento a empregados		21	12
Total de valores a receber		**4.768**	**377**

a) Adiantamento compra de equipamentos do Projeto Etanol, conforme previsto no *Equipment Supply Contract.*. **b)** Adiantamento para o serviço de substituição de linhas de rede de condensado da planta. **c)** Adiantamento para recuperação estrutural das chaminés e radiadores da planta.

14 - Despesas antecipadas	Ref.	2024	2023
Prêmio de seguros	a)	3.644	3.969
Total de despesas antecipadas		**3.644**	**3.969**

a) Parcelas a apropriar de despesas com seguro de Riscos Nomeados e Operacionais (2024 R$ 3.491; 2023 – R$ 3.879), Riscos ambientais (2024 – R$ 91; 2023 - R$ 90) Responsabilidade D&O (2024 - R$ 62) e contratados pela Cia. elencados na Nota Explicativa 30.

Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20250207/

(...) Continuação (...) ENERGÉTICA SUAPE II S.A. CNPJ/MF nº 09.373.678/0001-94

15 - Ativo imobilizado: Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Ref.	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Edificações	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Peças sobressalentes a)	Total
Saldos em 1º/01/23		9.978	279.787	99.163	574	280	20	29.309	419.111
Aquisição		-	30	78	-	4	365	-	477
Reclassificação do estoque	b)	-	-	-	-	-	189	1.526	1.715
Transferência		-	205	-	-	11	(195)	(21)	-
Baixa	c)	-	-	-	-	-	-	(2.124)	(2.124)
Depreciação		-	(17.798)	(4.666)	(85)	(32)	-	-	(22.581)
Saldos em 31/12/23		**9.978**	**262.224**	**94.575**	**489**	**263**	**379**	**28.690**	**396.598**
Aquisição		-	18	41	-	-	1.203	-	1.262
Reclassificação do estoque	b)	-	-	-	-	-	(12)	(636)	(648)
Transferência		-	205	1253	-	84	(1.542)	-	-
Baixa	c)	-	(4)	-	-	(1)	-	(921)	(926)
Depreciação		-	(17.809)	(4.684)	(85)	(37)	-	-	(22.615)
Saldos em 31/12/24		**9.978**	**244.634**	**91.185**	**404**	**309**	**28**	**27.133**	**373.671**
Custo total		9.978	494.987	141.514	1.123	900	554	36.689	685.745
Baixas		-	(3.643)	(127)	(118)	(134)	(526)	(9.556)	(14.104)
Depreciação acumulada		-	(246.710)	(50.202)	(601)	(457)	-	-	(297.970)
Saldo contábil (líquido) em 31/12/24		**9.978**	**244.634**	**91.185**	**404**	**309**	**28**	**27.133**	**373.671**
Depreciação anual média em 2024 - %		-	3,60	3,31	7,57	6,25	-	-	3,30

a) Dentre os ativos mencionados acima, a Cia. possui peças sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos classificados no grupo do imobilizado. Conforme o Pronunciamento Técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado, esses materiais serão utilizados nas manutenções corretivas das máquinas e equipamentos do ativo imobilizado da Cia. e são essenciais para garantir a segurança operacional e a administração espera usá-los por mais de um exercício social. Desta forma, em 31/12/24, o valor contábil do imobilizado correspondente a peças sobressalentes era de R$ 27.133 (R$ 28.690 em 2023), totalizando R$ 373.671 (R$ 396.598 em 2023) em bens do ativo imobilizado. **b)** A transferência de R$ 636 (R$ 1.715 em 2023) é decorrente da reclassificação (líquida) de estoque para o imobilizado dos itens com e sem giro. A análise é feita anualmente (entre novembro e dezembro), de acordo com a movimentação ocorrida durante o período dos últimos 12 meses. **c)** As baixas de peças sobressalentes são para as manutenções corretivas / preventivas das UGs, considerando a programação do O&M. Os itens que apresentam giro têm o seu saldo reclassificado para o estoque (vide item "b"). **Provisão para redução ao valor recuperável :** Conforme nota explicativa 7.8 a Cia. adota como pratica as taxas de depreciação da Aneel. Tendo vista que o final da concessão em 2026 existirá um valor residual de seus ativos, a administração procedeu com uma avaliação do valor recuperável destes ativos, usando a metodologia de fluxo de caixa descontando, projetando até o término da sua concessão da planta atual, em 2026 e descontado pela taxa WACC. Não foram identificados indicadores de ajuste ao valor recuperável. **Depreciação:** A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis utilizando as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens, conforme apresentado a seguir:

Itens do imobilizado	Range de depreciação
Edificações	30 anos
Máquinas e equipamentos	15 a 40 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Veículos	7 anos

16 - Ativo intangível	Ref.	Direito de uso de software
Saldos em 1º/01/23		106
Adição		-
Amortização	a)	(29)
Saldos em 31/12/23		**77**
Adição		-
Baixas		-
Amortização	a)	(25)
Saldos em 31/12/24		**52**
Custo total		826
Reclassificações		-
Baixas		(17)
Amortização acumulada		(758)
Valor residual		**51**
Amortização anual - %		20

A Cia. mantém registrado nesta conta a aquisição de licença de softwares. Direitos de uso de software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware) e são amortizados de forma linear, de acordo com base na vida útil estimada do software que é de 5 anos.

17 - Fornecedores	Ref.	2024	2023
Wartsila Brasil Ltda	a)	5.690	7.200
Encargos de uso da rede	b)	3.451	3.818
Combustíveis e lubrificantes	c)	-	2.273
Wartsila Switerzerland	d)	56	-
Outros fornecedores		1.099	919
Total de fornecedores a pagar		**10.296**	**14.210**

a) Aquisição de serviço de Operação e Manutenção da planta, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias (R$ 1.690) e provisão para desmobilização (R$ 4.000) até o limite contratual previsto no contrato de O&M (Nota Explicativa 27b). **b)** Refere-se ao uso da rede básica e sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias. **c)** Aquisição de OCB1, incluindo frete, lubrificantes e diesel destinados a geração de energia elétrica. O prazo médio de liquidação é de 5 dias para os combustíveis e 30 para o frete sobre o OCB1. Ao final de 2024 não havia valores a pagar, devido as compras efetuadas para reposição do estoque terem ocorridos até o início de dezembro. **d)** Aquisição de peças de reposição para manutenção das Unidades Geradoras ("UG"). A Cia. não possui operações de "Risco Sacado", que possibilite aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis com instituição financeira.

18 - Empréstimos, financiamentos e encargos

Instituição financeira	Objetivo	Ref	Juros	Prazos / Vencimento	Circulante Principal	Circulante Encargos	Não circulante Principal	Total 2024	Total 2023
Banco Santander - CCB	Construção UTE	a)	CDI + 1,80% a.a.	64 meses - 10/11/2026	-	-	-	-	85.605
Banco Santander - CCB	Construção UT	b)	CDI + 0,98% a.a	23 meses - 30/09/2026	15.595	755	31.191	47.541	-
Total					**15.595**	**755**	**31.191**	**47.541**	**85.605**
Circulante								16.350	27.122
Não circulante								31.191	58.483

A Cia. obteve junto as Instituições Bancárias os contratos dos financiamentos para a construção e operação da usina, inclusive os destinados a capital de giro, cujas condições contratuais são as seguintes: **a)** Cédula de Crédito Bancário ("CCB") contratada em agosto de 2021 nas mesmas condições de garantia e vencimento da CCB anterior também contratada junto ao Banco Santander, porém, em condições financeiras mais atrativas para a Cia. O Contrato previa pagamentos semestrais iniciados em fevereiro de 2022. Em novembro de 2024 após nova reestruturação da dívida o empréstimo foi liquidado, passando a vigorar o empréstimo do item "b". O empréstimo tinha como garantia os direitos creditórios provenientes da receita fixa dos "CCEAR's". **b)** Cédula de Crédito Bancário ("CCB") contratada em novembro de 2024 junto ao Banco Santander em substituição ao empréstimo do item "a" com taxa de juros mais atrativa para a Cia., dada as condições do mercado (aumento do CDI e câmbio). A contratação prevê pagamentos semestrais iniciados em novembro de 2025 (em maio de 2025 haverá o pagamento da primeira parcela de juros). O empréstimo tem como garantias: - 30% do montante principal. Aplicado em CDB de conta restrita para movimentação (Vide Nota Explicativa 9c); e - 100% dos direitos creditórios de "CCEAR's", que serão disponibilizados na Conta Vinculada de titularidade da Cia. no Banco Santander. **Condições restritivas (*Covenants* e Garantias) :** Os contratos de financiamento e de "CCB" junto ao Santander não possuem covenants financeiros, as demais restrições não são financeiras. A Cia. confirma que nenhuma das restrições ou *covenants* foram descumpridas até a data de emissão destas DFs e assim tem classificado os financiamentos atendendo as datas do vencimento original. A seguir está apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 01/01/23	28.635	81.876	110.511
Transferências	23.393	(23.393)	-
Encargos (empréstimos e financiamentos)	14.188	-	14.188
Amortização de principal	(22.462)	-	(22.462)
Variação cambial (empréstimos)	(931)	-	(931)
Pagamento de juros e IOF	(15.701)	-	(15.701)
Saldo em 31/12/23	**27.122**	**58.483**	**85.605**
Saldo em 01/01/24	**27.122**	**58.483**	**85.605**
Ingressos (empréstimos)	15.595	31.191	46.786
Transferências	58.483	(58.483)	-
Encargos (empréstimos e financiamentos)	8.829	-	8.829
Amortização de principal (empréstimos e financiamentos)	(81.930)	-	(81.930)
Variação cambial (empréstimos)	54	-	54
Pagamento de juros e IOF (empréstimos e financiamentos)	(11.803)	-	(11.803)
Saldo em 31/12/24	**16.350**	**31.191**	**47.541**

Em 31/12/24, o financiamento (item "a") classificado no passivo não circulante têm seus vencimentos na seguinte composição:

	2024	2023
2025	-	23.393
2026	31.191	35.090
	31.191	**58.483**

Em 2026 há a parcela final do financiamento prevista para o mês de novembro.

19 - Tributos e contribuições sociais	Ref.	2024	2023
COFINS	a)	1.146	1.575
PIS	a)	246	341
INSS	b)	389	371
CSRF	c)	245	268
IRRF	c)	161	142
ISS	c)	141	143
FGTS	d)	32	19
ICMS		1	2
Total de tributos e contribuições sociais a pagar		**2.361**	**2.861**

a) PIS/COFINS regime não cumulativo sobre receita de operações de energia (Nota Explicativa 26) e sobre receitas financeiras (Nota Explicativa 28). (b) INSS sobre folha e retido na fonte de fornecedores. (c) Tributos retidos na fonte de fornecedores. Para o IRRF, também está inclusa a parcela sobre folha de pagamento. (d) ICMS sobre venda de óleo usado e sucata.

20 - Tributos sobre o lucro: 20.1 - Passivo fiscal corrente

2024	CSLL	IRPJ	Total
Despesas com IR e C.S.	18.206	50.601	68.807
Incentivo Sudene (Redução de 75% do IRPJ)	-	(38.431)	(38.431)
Pagamentos por estimativa no ano	(4.953)	(7.539)	(12.492)
Total do passivo fiscal corrente	**13.253**	**4.631**	**17.884**

2023	CSLL	IRPJ	Total
Despesas com IR e C.S.	14.772	41.027	55.799
Incentivo Sudene (Redução de 75% do IRPJ)	-	(31.615)	(31.615)
Pagamentos por estimativa no ano	(4.843)	(6.264)	(11.107)
Total do passivo fiscal corrente	**9.929**	**3.148**	**13.077**

20.2 – Conciliação da despesa do IR e da C.S.: A conciliação entre a despesa de IR e de C.S. pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Ref.	2024 CSLL	2024 IRPJ	2023 CSLL	2023 IRPJ
Lucro antes do IR e da Cont. Social		204.519	204.519	171.775	171.775
Alíquota do IR e C.S.	a)	9%	25%	9%	25%
IR e C.S.		**(18.407)**	**(51.130)**	**(15.460)**	**(42.944)**
Ajustes ao lucro/b:					
Adições					
Provisão de fornecedores	b)	-	-	(382)	(1.062)
Benefícios a administradores		-	(40)	-	(18)
Doações indedutíveis		(46)	(127)	-	-
Outras adições		(129)	(360)	(159)	(443)
		(175)	**(527)**	**(541)**	**(1.523)**
Exclusões					
Provisão de fornecedores	b)	22	62	-	-
incentivo fiscal Lei do Bem		354	984	57	159
Reversão provisão honorários advocatícios		-	-	1.111	3.087
Atualização monetária repetição de indébitos		-	-	61	170
Outras exclusões		-	10	-	24
		376	**1.056**	**1.229**	**3.440**
IR e C.S. correntes		(18.206)	(50.601)	(14.772)	(41.027)
IR e C.S. diferidos		(22)	(62)	(729)	(2.025)
Incentivo fiscal SUDENE		-	38.431	-	31.615
Efeito líquido no resultado		**(18.228)**	**(12.232)**	**(15.501)**	**(11.437)**

a) A alíquota do IR não considera a redução do Incentivo Fiscal da SUDENE, sendo a mesma aplicada em linha separada. (b) Provisão desmobilização contrato de O&M Wartsila (Nota Explicativa 17a). **20.3 – Conciliação dos impostos fiscais diferidos ativos e passivos**

Ativo	2024 CSLL	2024 IRPJ	2024 Total	2023 CSLL	2023 IRPJ	2023 Total
Provisão desmobilização contrato O&M	4.000	4.000	4.000	4.249	4.249	4.249
Base cálculo do imposto ativo				4.249	4.249	4.249
Alíquota	9%	25%	34%	9%	25%	34%
Imposto ativo	**360**	**1.000**	**1.360**	**383**	**1.062**	**1.445**

Passivo (-)						
Base cálculo do imp. passivo				-	-	-
Alíquota	9%	25%	34%	9%	25%	34%
Imposto passivo	-	-	-	-	-	-
Total Líquido	**360**	**1.000**	**1.360**	**383**	**1.062**	**1.445**

A Cia. não possui base de prejuízos fiscais acumulados e por esse motivo não há constituição de ativo fiscal diferido sobre tal rubrica.

21 - P&D e taxas regulatórias	Ref.	2024	2023
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - projetos	a)	2.912	3.610
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	b)	267	316
Ministério das Minas e Energia (MME)	b)	188	158
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)		131	120
Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	b)	25	95
Total de tributos e contribuições sociais a pagar		**3.523**	**4.299**
Circulante		3.523	3.108
Não circulante		-	1.191

Os encargos setoriais P&D, FNDCT, MME e CDE correspondem a 1% da ROL, conforme regulamentação estabelecida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento ("PROP&D") da ANEEL e devem ser aplicados em P&D e em eficiência energética, visando financiar o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico, em conformidade com a Lei 9.991, de 24/07/2000. Do montante apurado, 40% são destinados ao FNDCT, 20% para o MME e 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento de escolha da Cia. (Nota Explicativa 12). A partir/04/21, 30% do montante destinado aos projetos passou a ser recolhido diretamente para o MME através da CDE. a) Os gastos realizados com os projetos de P&D em curso estão registrados na rubrica de P&D projetos em andamento, no ativo circulante (Nota Explicativa nº 12). No final dos projetos, o saldo em curso será encerrado contra os recursos do programa destacados acima. O saldo de P&D em curso a investir é demonstrado abaixo:

Saldo de P&D em projetos	2024	2023
(+) Provisão de P&D	2.912	3.610
(-) Projetos em andamento (realizado)	(6.681)	(2.137)
(-) Projetos em andamento (comprometido)	432	(5.542)
(=) Saldo a investir	(3.337)	(4.069)

(b) Os valores de FNDCT, MME e CDE são recolhidos mensalmente para a Financiadora de Estudos e Projetos ("FINEP"), MME e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), respectivamente.

22 - Outras contas a pagar	Ref.	2024	2023
Estoque de peças em garantia	a)	4.077	4.252
Provisão de férias e encargos		513	515
Outros valores a pagar	b)	553	553
Total de outras contas a pagar		**5.143**	**5.320**

a) Saldo corresponde a contrapartida ao estoque de peças em garantia, conforme Nota Explicativa 11c. b) Valores recebidos a maior de clientes de venda de energia. **23 - Contingências:** A Cia. está exposta às contingências decorrentes de sua operação. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências. Conforme requerido pela norma brasileira de contabilidade CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, quando o risco de perda é provável, é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, e para as causas com risco de perda possível não é requerida contabilização, porém devem ser divulgadas em Nota Explicativa. **23.1 – Ações tributárias, cíveis e ambientais (risco provável):** Com base na avaliação de especialistas (advogados internos e externos) e nas condições processuais de cada ação em 31/12/24 e 2023, a Cia. não possuía nenhuma ação com risco de perda provável. **23.2 - Ações tributárias e cíveis (risco possível, não constituída provisão) :** Em 31/12/24 e 2023, a Cia. apresentava contingências passivas envolvendo questões tributárias e cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes de R$ 14.890 e R$ 1.277 (2023: R$ 14.890 e R$ 1.277), respectivamente. Abaixo destacamos os processos com valor envolvido de maior relevância, que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco "possível": **23.2.1 - Ação Ordinária contra União Federal :** A Cia. ajuizou a Ação Ordinária nº 0036521-07.2013.4.01.3400, contra a União Federal, para afastar os efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, referente à cobrança dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS). A sentença julgou improcedente o pedido da Cia., que interpôs recurso de Apelação Cível, recebido no efeito suspensivo e pendente de julgamento. Acredita-se que a ação será julgada procedente, portanto, de forma favorável à Cia. A probabilidade de perda é possível e o valor é inestimável. **23.2.2 - Ação contra a CHESF :** A CHESF aplicou penalidades à Cia., no montante de R$ 1.277, sob o argumento de inadimplemento contratual por não assinatura tempestiva do Atestado de Recebimento Provisório (ARP). A questão gira em torno de assumir no ARP a obrigação pela doação do imóvel no qual se encontram implantados os *bays* de conexão, obrigação esta que não existe no Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) do qual o ARP é um anexo e obrigação subsidiária. Assim, a Cia. ajuizou ação 0051007-04.2017.8.17.2001. Em 2022, houve a perícia técnica, favorável ao direito da Cia. A probabilidade de perda é possível, segundo análise realizada pelo jurídico interno da Cia. **23.2.3 Ação contra União Federal e ANEEL :** A Cia., para assegurar a preferência no recebimento da receita proveniente da recomposição de lastro via liquidação do Mercado de Curto Prazo ("MCP") junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), ajuizou, na condição de associada da Associação Brasileira de Geradoras Térmicas ("ABRAGET"), a ação ordinária nº 0051048-90.2015.4.01.3400 contra a União Federal e a ANEEL, para que as Rés não transfiram o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais da qual não faça parte, relativa aos efeitos dos atuais valores de *Generation Scalling Factor* ("GSF") sobre geradores hidrelétricos nas liquidações, já reconhecida por liminar e confirmada por sentença. Eventual revogação da sentença em sede de recurso poderá provocar risco da inadimplência no Mercado de Curto Prazo com o pagamento da receita no Mercado de LP, devidamente corrigido conforme a variação do IGP-M do momento que era devido até o seu efetivo pagamento. **23.2.4 Auto de Infração RFB :** Em maio de 2021, a Cia. foi autuada pela Receita Federal do Brasil ("RFB") em decorrência do Mandado de Procedimento Fiscal nº. 04.0.01.00-2020-01410-0 referente a fiscalização de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2018. Os principais pontos do auto de infração estão relacionados ao cálculo do Lucro da Exploração. O valor da autuação foi de R$19.853, já acrescido dos encargos legais (data-base maio de 2021). A Cia. apresentou impugnação (processo administrativo 11274.720436-2021-58) e em primeira instância obteve êxito na declaração de improcedência de aproximadamente 25% do lançamento original, pendentes de análise de reexame necessário. Em dezembro de 2021, a Cia. ingressou com recurso voluntário para apreciação, em segunda instância, sobre os argumentos de impugnação associados aos valores ainda mantidos e por ela tidos como indevidos. Atualmente, o processo encontra-se aguardando julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"), sendo a probabilidade de perda remota em relação aos valores objeto de reexame necessário (R$ 4.963) e admitindo-se possível no tocante à parcela objeto de Recurso Voluntário (R$ 14.890). **24 - Patrimônio líquido: 24.1 Capital social:** O capital social, subscrito e integralizado da Cia. é de R$ 139.977 em 2024 e 2023 e está representado por 139.977 ações ordinárias, com valor nominal de R$ 1,00 (hum real) cada uma, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Acionistas	2024 e 2023 Ações ordinárias	Valor
Savana SPE Incorporações Ltda	111.982	111.982
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	27.995	27.995
Capital social	**139.977**	**139.977**

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **24.2 – Reservas legal e de lucros:** A Cia. já constituiu o montante para Reserva Legal até o limite de 20% do capital social previsto no art. 193 da Lei 6.404/76. A conta de Reserva de Lucros é constituída pelos valores excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos intermediários e são destinados após deliberação por parte dos acionistas em AGO/E, sendo a sua composição detalhada na Nota Explicativa 24.4. **24.3 – Reserva de incentivo fiscal – Lucro da Exploração:** No exercício de 2024, a Cia. se beneficiou do incentivo fiscal de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, apurado com base no Lucro da Exploração, suportado pelo Laudo Constitutivos nº 0024/23 expedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional. O benefício na modalidade de Modernização Total de Empreendimento tem a vigência de 10 anos a contar de 1º/01/23 até 31/12/2032, estando homologado pela Receita Federal do Brasil ("RFB"), com a publicação do Ato Declaratório Executivo DRF/NAT nº 97/23. Esse incentivo foi creditado ao resultado em contrapartida ao imposto devido para recolhimento. Nos termos da legislação vigente, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução do imposto devido não poderá ser distribuído aos acionistas, sendo objeto de constituição de reserva no patrimônio líquido, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

	Valores
Saldo acumulado em 1º/01/23	268.559
Incentivo fiscal no exercício de 2023	31.615
Saldo acumulado em 31/12/23	**300.174**
Saldos em 1º/01/24	300.174
Incentivo fiscal no exercício de 2024	38.431
Saldo acumulado em 31/12/24	**338.605**

24.4 – Dividendos e juros sobre o capital próprio: 24.4.1 - Juros sobre o capital próprio: Não houve deliberação (destinação) dos "JCP" no exercício de 2024.

24.4.2 – Dividendos intermediários

Deliberações 2024	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
RCA de 08/07/24	Dividendos intermediários	55.000	0,39292
AGE de 15/07/24		55.000	0,39292
RCA de 10/10/24	Dividendos intermediários	40.000	0,28576
AGE de 14/10/24		40.000	0,28576
RCA de 05/12/24	Dividendos intermediários	25.000	0,17860
AGE de 06/12/24		25.000	0,17860

Deliberação 2023	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
RCA de 01/11/23	Dividendos intermediários	80.000	0,57152
AGE de 07/11/23		80.000	0,57152

Em 2024, foi deliberada a distribuição de dividendos intermediários em julho, outubro e dezembro, apurados o final dos meses de maio, setembro e novembro, respectivamente, em conformidade com o art. 30 do Estatuto Social. Os pagamentos ocorreram dentro do próprio exercício. **24.4.3 – Dividendos mínimos e complementares:** Abaixo segue demonstrada a base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios:

Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**174.059**	**144.837**
(-) Reserva legal	-	-
(-) Reserva de incentivo fiscal	(38.431)	(31.615)
(=) Base de Cálculo dos dividendos	**135.628**	**113.222**
(x) Percentual conforme Estatuto Social	25%	25%
(=) Dividendos mínimos obrigatórios	**33.907**	**28.306**
(-) Parcela já distribuída através de dividendos intermediários e JCP	(33.907)	(28.306)
(=) Saldo a distribuir	-	-
Demonstrativo dos Dividendos mínimos e Juros sobre Capital Próprio:		
Dividendos mínimos pagos através de dividendos intermediários	33.907	28.306
Total bruto	**33.907**	**28.306**

A distribuição (pagamento) dos dividendos mínimos obrigatórios de 2024 já ocorreu dentro do exercício em virtude da distribuição dos dividendos intermediários, não havendo a necessidade de deliberação de aprovação de valores adicionais. A constituição do saldo excedente aos dividendos mínimos obrigatórios em 31/12/24 é como segue:

	2024	2023
Base de cálculo dos dividendos	135.628	113.222
Dividendos mínimos obrigatórios (bruto de IRRF)	(33.907)	(28.306)
Excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios	**101.721**	**84.916**
Dividendos intermediários distribuídos no ano	(86.093)	(51.694)
Saldo do excedente aos dividendos mínimos obrigatórios	**15.628**	**33.222**

A Diretoria da Cia. irá propor que o montante de R$ 15.628, excedente aos dividendos mínimos obrigatórios, registrados como dividendos adicionais propostos, seja distribuído integralmente ao longo do exercício de 2025, de acordo com a disponibilidade de caixa da Cia. e futura deliberação dos acionistas em assembleia geral. A movimentação dos saldos dos dividendos em 31/12/24 e 2023 está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial		
Dividendos complementares do exercício anterior	33.223	20.338
Atualização SELIC sobre dividendos	746	1.278
IRRF s/atualização de dividendos	(168)	(287)
Dividendos pagos do exercício anterior	(33.801)	(21.329)
Dividendos propostos do exercício	33.907	28.306
Dividendos intermediários declarados no exercício	86.093	51.694
Dividendos mínimos pagos dentro do exercício	(33.907)	(28.306)
Dividendos intermediários pagos dentro do exercício	(86.093)	(51.694)
Saldo final	-	-

25 - Partes relacionadas: a. Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em AGE de 15/04/24, a Cia. deliberou o montante global de R$2.151 de remuneração (sem a inclusão dos encargos legais exigíveis, que são suportados pela Cia.) do pessoal-chave da Administração para o exercício de 2024. O montante pago até 31/12/24 foi de R$1.993 (em 2023 foi de R$1.845). **b. Outras transações com partes relacionadas:** Os valores a pagar (pagos) de dividendos mínimos, dividendos intermediários e dividendos adicionais propostos estão detalhados na Nota Explicativa 24.4.

26 - Receita operacional líquida	Ref.	2024	2023
Receita de operações com energia elétrica			
Receita fixa – disponibilidade	a)	365.234	348.477
Receita de geração – demanda	b)	20.881	29.069
Suprimento de energia elétrica		**386.115**	**377.546**
Deduções da receita operacional			
(-) PIS / COFINS		(35.716)	(34.924)
(-) Programa de P&D e eficiência energética		(3.469)	(3.392)
(-) Taxa de fiscalização		(1.572)	(1.446)
Total das deduções da receita operacional		**(40.757)**	**(39.762)**
Receita operacional líquida		**345.358**	**337.784**

a) A receita fixa é recebida em função da disponibilidade da Cia. para o Sistema Interligado Nacional ("SIN"). A variação é decorrente do reajuste pelo IPCA previsto nos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR"). (b) Em 2024 a Cia. foi solicitada a operar devido à alta demanda e aos recordes de carga registrados, provocados pelas fortes ondas de calor no Brasil e pela variabilidade da geração de energia renovável em períodos críticos de operação. Esses despachos ocorreram, em sua maioria, durante o mês de novembro, principalmente nos horários de pico de carga (das 17h às 22h)., por solicitação em tempo real, ou seja, quando a usina é requisitada a gerar energia sem programação prévia do ONS. Tal cenário é simular ao ocorrido em 2023, porém, em volume menor de MWh (2024 – 19.991,335 MWh / 2023: 28.888,503Mwh).

27 - Custos e despesas (outras receitas) operacionais	Ref.	2024	2023
Custo do serviço de energia elétrica			
Combustível para geração de energia elétrica	a)	(20.934)	(29.196)
Encargos de uso do sistema transmissão		(36.910)	(32.866)
Depreciação e amortização		(21.857)	(21.842)
Serviços de terceiros	b)	(31.468)	(30.942)
Peças para manutenção	c)	(3.734)	(6.247)
Seguros		(7.681)	(8.173)
Aluguéis		(4.067)	(2.854)
Material de consumo		(479)	(704)
Taxas e contribuições		(289)	(244)
Energia elétrica		(55)	(10)
		(127.474)	**(133.078)**
Custo de compra de energia elétrica (lastro)			
Energia elétrica comprada para fornecimento	d)	-	(362)
		-	**(362)**
Despesas gerais e administrativas			
Pessoal	e)	(7.028)	(6.623)
Administradores	e)	(2.435)	(2.241)
Serviços de terceiros	f)	(2.633)	(17.743)
Depreciação e amortização		(783)	(768)
Taxas e contribuições		(308)	(282)
Aluguéis		(13)	(25)
Material de consumo		(169)	(136)
Outras despesas		(2.337)	(2.093)
		(15.706)	**(29.911)**
Outras receitas operacionais			
Peças recebidas em garantia		-	66
Venda líquida de óleo usado e sucata		59	71
		59	**137**
Total dos custos e despesas (outras receitas) operacionais		**(143.121)**	**(163.214)**

a) A redução do custo com OCB1, diesel e lubrificantes em 2023 foi decorrente da baixa geração no exercício de 2024 (Nota Explicativa 27b) aliada a uma melhora consumo específico das UGs (item b). (b) Contrato de O&M com Wartsila Brasil (2024 - R$ 17.565; 2023 - R$ 20.351). Processo de manutenções preventivas e preservação da planta (2024 - R$ 11.449; 2023 - R$ 7.402). (c) A redução no consumo de peças deve-se a melhoria operacional das UGs, decorrente principalmente das manutenções preventivas (item b). (d) As operações de compra de lastro realizadas mensalmente pela Cia. se dão pelo cumprimento das obrigações contratuais firmadas no 5º leilão de energia nova A-5 de 2007, na qual Cia. sagrou-se vencedora. Dentre as várias obrigações contratuais, a entrega da sua garantia física contratual ou lastro contratual determina a necessidade de compra de lastro (Decreto nº 5164/04, art. 2º, I, §º e art. 3º. §1º e clausula 5.7 dos CCEARs). A diferença em MWmed da garantia física calculada para a garantia física do leilão (2024: 34,48 MW médios; 2023: 46,02 MW médios) é comprada no Mercado Livre ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD") do submercado da oferta nas operações do Mercado de Curto Prazo (MCP) para liquidação na CCEE. O efeito no resultado é decorrente da diferença entre o valor de compra e retorno é decorrente do *spread* vigente no momento da contratação. Em 2024 não houve impacto no resultado devido as operações terem sido fechadas com *spread* zero ou próximo desse valor. (e) As variações são decorrentes de aumentos salariais conforme política da Cia., reajustes previstos em acordos coletivos e despesas em geral (ex. plano de saúde). (f) A variação é decorrente aos honorários advocatícios reconhecidos em 2023 ao Paulo Cesar Pinheiro Advogados (R$ 11.653) e Porangaba e Bacelar Advogados (R$ 3.250).

28 - Resultado financeiro, líquido	Ref.	2024	2023
Receitas financeiras			
Rendimento de aplicações financeiras	a)	13.173	11.935
Atualização monetária recebimento de clientes		4	3
Variação cambial	b)	-	932
Outras atualizações monetárias	c)	25	990
		13.202	**13.860**
Despesas financeiras			
Encargos de dívidas	d)	(8.829)	(14.188)
Atualização monetária	e)	(793)	(1.709)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras		(668)	(409)
Variação cambial	b)	(61)	(30)
Outras despesas financeiras		(569)	(319)
		(10.920)	**(16.655)**
Resultado financeiro		**2.282**	**(2.795)**

a) O aumento dos rendimentos de aplicações financeiras em 2024 em relação ao ano de 2023 é decorrente de um maior montante médio aplicado (Nota Explicativa 8). b) Variação cambial sobre operação SWAP do financiamento junto ao Santander e compra de peças de reposição / manutenção das UGs. c) Em 2023 houve a atualização sobre créditos fiscais: saldo negativo de IRPJ 2022 (R$ 310) e ressarcimento de ICMS sobre compra de OCB1 (R$ 680). (d) Menor custo decorrente da redução do saldo da dívida do financiamento do Santander (Nota Explicativa 18). (e) O saldo é composto substancialmente por R$ 746 de dividendos complementares (2023: R$1.278). **29 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos:** A Cia. revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e riscos a eles relacionados. A Administração da Cia. não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas DFs em 31/12/24 e 2023 bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e, também, não efetua aplicações de caráter especulativo. O quadro a seguir apresenta os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Cia., assim como seu nível de mensuração, em 31/12/24 e 2023:

Ativo	Nota	Índice	Mensuração	Nível	2024 Contábil	2024 Valor justo	2023 Contábil	2023 Valor justo
Caixa	8	N/A	a)	-	24	24	161	161
Aplicações financeiras - CDB	8	CDB	a)	(2)	40.610	40.610	29.928	29.928
Aplicações financeiras – LF	8	CDB	a)	(2)	40.546	40.546	45.848	45.848
Aplicações financeiras - Garantia CCG	9	CDI	a)	(2)	5.861	5.861	5.297	5.297
Aplicações financeiras - Garantia CCT	9	CDI	a)	(2)	141	141	-	-
Aplicações financeiras - Garantia CCG RFN	9	CDI	a)	(2)	15.265	15.265	-	-
Contas a receber	10	N/A	a)	-	52.638	52.638	76.719	76.719
Outros créditos	13	N/A	a)	-	4.768	4.768	377	377
Total Ativo					**159.853**	**159.853**	**158.330**	**158.330**

Passivo	Nota	Índice	Mensuração	Nível	2024 Contábil	2024 Valor justo	2023 Contábil	2023 Valor justo
Fornecedores	17	N/A	a)	-	10.296	10.296	14.210	14.210
Outras contas a pagar	22	N/A	a)		5.143	5.143	5.320	5.320
Empréstimo - CCB Santander	18	CDI	a)	(2)	47.541	47.541	85.605	85.605
Total Passivo					**62.980**	**62.980**	**105.135**	**105.135**

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação. **a. Análise de sensibilidade :** Em consonância com o CPC 40, a Cia. realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, que no caso da Cia. é representado pela variação das taxas de CDI, segue abaixo simulação do pior cenário dentre os possíveis e comentários:

Instrumentos Financeiros	Exposição	Risco	Redução (Aumento) do índice em 10%	15%	20%	25%	Total
Ativos - Não Derivativos	159.853	Alta CDI	14.209	646	646	646	**16.147**
Passivos - Não Derivativos	(62.980)	Alta CDI	(6.886)	(313)	(313)	(313)	**(7.825)**
	96.83		**(7.823)**	**(333)**	**(333)**	**(333)**	**(8.322)**

O Cenário demonstrado representa o pior cenário dentre os possíveis. Todavia, a Cia. classifica esse cenário como remoto para o próximo ano, pois, mesmo com a tendência de aumento nas taxas de juros, foi possível a renegociação da principal dívida (financiamento junto ao Santander para construção da UTE) em condições mais favoráveis que o contrato anterior (Nota Explicativa 18).Os cenários foram projetados considerando a rentabilidade / encargos de cada instrumento financeiro sobre o CDI de 10,69% do ano de 2024. **b. Análise de liquidez:** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Cia. não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Cia. gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Cia. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros não derivativos, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Cia. deva liquidar as respectivas obrigações.

Fornecedores e outras contas a pagar	Nota	2024	<3meses	3-12 meses	1-3 anos	Total
Wartsila Brasil Ltda	17	5.690	5.690	-	-	5.690
Encargos de uso da rede	17	3.451	3.451	-	-	3.451
Wartsila *Switerzeland*	17	56	56	-	-	56
Outros fornecedores	17	1.099	1.099	-	-	1.099
Total Fornecedores		**10.296**	**10.296**	-	-	**10.296**
Empréstimos						
Banco Santander - CCB	18	47.541	-	15.847	31.694	47.541
Total Empréstimos		**47.541**	-	**15.847**	**31.694**	**47.541**
Total		**57.837**	**10.296**	**15.847**	**31.694**	**57.387**

(i) Comentários referente o saldo para fornecedores: O pagamento dos fornecedores ocorrerá de acordo com o vencimento, previsto para ocorrer no 1º trimestre de 2025, exceto a provisão para desmobilização do contrato de O&M. A CCB atual contratada junto ao Santander tem a finalidade de financiamento da construção da Usina, e seguirá o fluxo de pagamentos de acordo com os vencimentos, que tem o prazo até setembro de 2026. **c. Gestão de risco :** Os negócios da Cia. compreendem a geração de energia elétrica. A Cia. tem seus principais riscos reportados e monitorados por seu Conselho de Administração. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue: ***(i) Risco de taxa de juros:*** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Cia. vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. O principal financiamento (Banco Santander – CCB) da Cia. é baseado em Operação Swap, porém, pelas projeções da Cia. e da instituição financeira não há previsão da taxa do câmbio (dólar) ultrapassar o limite contratual que implique no pagamento pela Cia. da diferença da variação cambial. ***(ii) Risco de crédito:*** O risco surge da possibilidade de a Cia. vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Entretanto, as regras do ambiente regulatório onde estão firmados os CCEARs com os clientes garantem um histórico de zero de inadimplência. Nas operações de lastro no MCP, a inadimplência mensal teve uma diminuição devido ao pagamento de passivos do GSF, sendo a última liquidação ocorrida em 9/01/25, referente ao mês/11/24 e apresentou o percentual de 9,56%. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. ***(iii) Risco de liquidez :*** A Cia. em conformidade com o CPC 40, item 39 realiza análise (item "b") dos vencimentos de seus valores a pagar não identificado risco de liquidez nos cenários de curto e LP. ***(iv) Risco de aceleração de dívidas :*** A Cia. possui contratos de empréstimos e financiamentos, sem cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas, quando existentes, são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. ***(v) Risco ambiental :*** A Cia. cumpre aos requisitos legais ambientais incluindo às exigências definidas na Licença de Operação ("LO"), com foco na sustentabilidade do negócio e na preservação do meio ambiente, sendo mandatório o cumprimento das normas ambientais por todos os colaboradores e terceirizados. Para atendimento às eventuais emergências, a Cia. mantém um Plano de Prevenção e Controle de Emergências ("PPCE") e possui equipe capacitada para atuar em vazamentos de produtos químicos, queimadas na circunvizinhança, primeiros socorros, bem como possui todos os recursos necessários para uso na mitigação de eventos adversos. **d. Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** Com relação ao risco de crédito, o histórico de inadimplência das 35 distribuidoras com as quais a Suape Energia firmou os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARS é baixo, não havendo histórico de perdas passadas para a Cia., tendo ocorrido por curtos lapsos temporais face à rigorosa atuação da ANEEL e CCEE junto as mesmas, além da oferta de subsídios do Governo para a perenidade de serviço essencial à população. A Cia. mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando a

Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20250207/

(...) Continuação (...) ENERGÉTICA SUAPE II S.A. CNPJ/MF nº 09.373.678/0001-94

liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma, possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. **30 - Seguros:** A Cia. possui cobertura de seguros consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações e que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações. As principais coberturas são:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada (em reais)
Responsabilidade Civil Geral	09/01/25 a 09/01/26	25.000.000,00
Responsabilidade Civil Administradores	17/12/24 a 17/12/25	40.000.000,00
Responsabilidade Civil Ambiental	18/09/24 a 18/09/25	15.000.000,00
Riscos Nomeados e Operacionais	15/07/24 a 15/07/25	125.000.000,00
Veículos	10/03/24 a 10/03/25	100% da tabela FIPE
Veículos	30/09/24 a 30/09/25	100% da tabela FIPE
Seguro de vida dos colaboradores	31/03/24 a 31/03/25	24x remuneração

31 - Eventos subsequentes: A Administração da Cia. considerou que não houve outros eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis, ocorridas em 31/12/24 até a data da emissão das referidas demonstrações contábeis.

Conselho de Administração

Enrique José Zaragoza Duena - **Conselheiro Presidente**
Marcelo Fernandes - **Conselheiro;** Dean William Moraes Carneis - **Conselheiro;**
Nelson Ambra Castro Junior - **Conselheiro;**
Fernando Ferraz Marcondes de Souza - **Conselheiro.**

Diretoria

Nelson Ambra Castro Junior - **Diretor Presidente**
José Faustino da Costa Cândido - **Diretor Técnico;**
Giane Moreira Ferreira - **Diretora Administrativa.**
Alexandre da Silva - **Contador** - CRC: RJ-070219/O-0-S-PE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da **Energética Suape II S.A. -** Cabo de Santo Agostinho - PE: **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Energética Suape II S.A. ("Cia.")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/24 as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Energética Suape II S.A.**, em 31/12/24, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Cia. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia.; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional; Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Recife, 31/01/25.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 PE 001269/F-8
Carlos Sebastião Fernandes Vieira Dauer - Contador CRC 1 CE 021962/O-9 – S - PE;

Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20250207/

VOCÊ APOIA, AS OPORTUNIDADES CRESCEM.

martpet



ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE

30 ANOS

DOE: MOVIMENTOPROCRIANCA.ORG.BR
PIX: 81 988029571



Futuro
Conhecimento
Dignidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU-PE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 001/2025-UC-SEDUC – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025 - UC-P. O **Município De Caruaru** por intermédio da **Secretaria De Administração** comunica aos interessados a abertura de processo de **credenciamento de empresas qualificadas como administradoras, seguradoras e operadoras de planos de assistência à saúde empresarial/coletivo de abrangência regional (local ou grupo de municípios)**, com e sem fatores de moderação, destinados aos servidores públicos ativos, inativos, pensionistas da administração direta e indireta da prefeitura municipal de caruaru, e aos seus dependentes legais. O Edital será disponibilizado, na íntegra, no portal da transparência de Caruaru (**http://avisosdelicitacoes.caruaru.pe.gov.br**), ou acessando o Portal da Transparência da PMC (**https://caruaru.pe.gov.br/portal-da-transparencia/**, podendo também ser solicitado através do e-mail: **ucp.caruaru@gmail.com**. DATA PARA RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO: A partir do dia 10/02/2025 Outras informações: na sala da Unidade de Contratação – UC/P, localizado Centro Administrativo I, situado na Rua Professor Lourival Vila Nova, nº 118, Bairro Universitário, no horário das 08hs às 14hs. Fone: (81) 9.8384-6453.

Caruaru - PE, 07 de fevereiro de 2025.
Alison Pereira de Lima
Agente de Contratação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU-PE
Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE SUSPENSÃO - UASG 926809

A Secretária de Saúde de Caruaru/PE vem a público comunicar que, conforme decisão administrativa o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025 – UC-SAÚDE** - Objeto: Contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de Link Dedicado de acesso à Internet via fibra óptica e outros serviços relacionados, serviços estes que incluirá: pontos de acesso wireless gerenciáveis por software central, disponibilidade de IPs públicos roteáveis para acesso externo, controle de acesso de conteúdo para as Unidades de Saúde da Família USF's, UPAs e Hospitais, foi suspenso SINE DIE.

Caruaru, 06 de fevereiro de 2025.
Nadja Kelly Martins de Menezes Farias
Secretária de Saúde

NOVA OLINDA SPE S/A

CNPJ nº 23.943.684/0001-60 - NIRE 26.3.0002348-2

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE JANEIRO DE 2025

Data, Hora e Local: Ao 27/01/2025, às 17 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de Olinda/PE, na Avenida Governador Carlos de Lima Cavalcanti, nº 3395, Casa Caiada, CEP 53.130-555. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada, diante da presença de acionistas representando 100% do capital social com direito a voto da Companhia. **Mesa:** Aberta a sessão, foi eleito para assumir a Presidência dos trabalhos o Sr. Federico Jorge Lagreca, que convidou a mim, Sr. Demerval de Souza Gusmão Filho, para assumir o Secretariado. **Ordem do Dia:** Deliberar e discutir acerca: (i) da redução do capital socia da Companhia, com fulcro no artigo 173 da Lei 6.404/76, bem como do consequente cancelamento das ações da Companhia; (ii) no caso de aprovação da alínea (i) da ordem do dia, aprovar a alteração do art. 4º do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir a redução aprovada no item anterior. **Deliberações:** Instalada a Assembleia, os acionistas presentes resolveram consignar que a ata que se refere a presente Assembleia será lavrada na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76. Após discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes com direito a voto da Companhia decidiram conforme segue: (i) A saída da acionista DAG CONSTRUTORA LTDA. ("DAG") foi formalizada pela Companhia e pelas demais acionistas por meio do Instrumento de Transação assinado por todas na data de 23/01/2025, de comum e pleno acordo. Com a decisão consensual de saída da acionista DAG, a Companhia levantou balanço patrimonial especial atualizado, com data-base de 30/09/2024, ocasião na qual se apurou o patrimônio líquido no montante de R$ 1.027.991,40. Conforme verificado também no balanço mencionado, na rubrica de Contas a Receber do Ativo, a Companhia possui créditos a receber da acionista DAG, no montante total de R$ 165.393,88. A Companhia também possui créditos no montante total de R$ 147.525,82, em razão de vendas de máquinas, móveis, utensílios e outros, conforme abaixo discriminado: a. R$8.357,26 referente à nota fiscal nº 694905; b. R$13.022,64 referente à nota fiscal nº 695013; c. R$24.503,62 referente à nota fiscal nº 695035; d. R$20.804,16 referente à nota fiscal nº 695084; e. R$17.660,66 referente à nota fiscal nº 695100; f. R$24.824,81 referente à nota fiscal nº 695108; g. R$8.557,24 referente à nota fiscal nº 636423; e R$29.795,43 referente à nota fiscal nº 595200. Diante do valor apurado de patrimônio líquido e dos créditos detidos pela Companhia, restou acordado no Instrumento de Transação que a acionista DAG fará jus ao recebimento de direitos de titularidade da Companhia, como forma de pagamento e quitação dos seus haveres, sendo eles: a. Assegurar à DAG o direito de uso de 25% de todos os Atestados de Capacidade Técnica detidos pela Companhia, incluindo, mas sem limitação, o emitido pela Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, relativos aos serviços de engenharia para elaboração de estudos, projetos e obras civis, visando o aumento a eficiência operacional no sistema de água da cidade de Olinda, Estado do Pernambuco, Brasil; b. Concessão de créditos no montante total de R$312.919,70 à DAG, nas proporções e valores correspondentes aos créditos detidos pela Companhia, a fim de dar quitação rasa, plena, geral, irrevogável e irretratável aos débitos detidos por essas em favor da Companhia. Com a disponibilização definitiva e irretratável dos direitos de utilização dos atestados de capacidade técnica de propriedade da Companhia, incluindo o mencionado referente aos trabalhos exercidos para a COMPESA, deverá a Companhia colaborar, em regime de melhores esforços, com o processo de emissão da CAT conduzido pela acionista DAG junto ao CREA-PE. Em razão dos termos acima devidamente formalizados para a saída da acionista DAG, conforme Instrumento de Transação assinado, os acionistas decidem aprovar a redução do capital social da Companhia, que atualmente encontra-se totalmente integralizado, com fulcro no artigo 173 da Lei nº 6.404/1976, passando de R$ 400.000,00 para R$300.000,00, isto é, com uma redução efetiva, portanto, de R$100.000,00 e com o consequente cancelamento de 100.000 ações ordinárias, originalmente de propriedade da acionista DAG CONSTRUTORA LTDA. (ii) Em razão da deliberação acima tomada no item (i) acima, os acionistas aprovam a alteração do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 4º - O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado é de R$ 300.000,00, divididos em 300.000,00 ações ordinárias nominativas sem valor nominal." Ainda, os acionistas autorizam a Diretoria da Companhia a realizar a publicação da presente Ata, para os efeitos do disposto no artigo 174 da Lei nº 6.404/1976, e, após decorrido o prazo legal de 60 dias, apresentar os documentos pertinentes à Junta Comercial do Estado de Pernambuco, visando o arquivamento da ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, os quais, após reaberta a sessão, foram lidos, achados conforme, aprovados por todos os presentes, e assinada apenas pelo Presidente e Secretário(a) e acionistas. **Mesa: Federico Jorge Lagreca** - Presidente; **Demerval de Souza Gusmão Filho** - Secretário. **Acionistas: Acqua Tecnologia e Saneamento Ltda.** - p. Federico Jorge Lagreca; **Restor Comércio e Manutenção de Equipamentos Eletromecânica Ltda.** - p. Federico Jorge Lagreca.; **Enorsul Serviços de Saneamento Ltda.** - p. Waldecir Colombini; **DAG Construtora Ltda.** - p. Demerval de Souza Gusmão Filho.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU-PE
UNIDADE DE CONTRATAÇÃO - SAÚDE

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

RATIFICO E RECONHEÇO o parecer da Procuradoria Geral do Município de Caruaru e AUTORIZO a Dispensa de Licitação para fins de contratação direta, via Dispensa de Licitação com fundamento no art. 75, inc. VIII da Lei nº 14.133/21, visando a Aquisição Emergencial de Medicamentos e Material Médico Hospitalar, a fim de suprir as necessidades dos estabelecimentos assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde que compõem os blocos de financiamento da atenção básica, da média e alta complexidade, componentes básicos da assistência farmacêutica, durante o período de 03 (três) meses, com fundamento no art. 75, inc. II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, atendendo ao disposto no parágrafo único do Art. 72, conforme constante no PROCESSO Nº 0009/2025, DISPENSA Nº 0001/2025, que teve como empresas vencedoras: 1 - AGRESTEMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 35.854.418/0001-40 no valor de R$ 10.350,00 (dez mil trezentos e cinquenta reais); 2 - ALMEIDA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ: 40.455.009/0001-01 no valor de R$ 10.010,00 (dez mil e dez reais); 3 - BELMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 54.388.280/0001-86 no valor de R$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais); 4 - BRAMED COMERCIO HOSPITALAR DO BRASIL LTDA CNPJ: 28.345.933/0001-30 no valor de R$ 11.750,00 (onze mil setecentos e cinquenta reais); 5 - CIRURGICA MONTEBELLO LTDA CNPJ: 08.674.752/0001-40 no valor de R$ 20.282,44 (vinte mil duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e quatro centavos); 6 - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA CNPJ: 67.729.178/0006-53 no valor de R$ 17.280,00 (dezessete mil duzentos e oitenta reais); 7 - DROGAFONTE LTDA CNPJ: 08.778.201/0001-26 no valor de R$ 581.241,50 (quinhentos e oitenta e um mil duzentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos); 8 - FJS DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS LTDA CNPJ: 51.045.579/0001-40 no valor de R$ 6.106,50 (seis mil cento e seis reais e cinquenta centavos); 9 - INJEFARMA CAVALCANTI E SILVA DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ: 09.607.807/0001-61 no valor de R$ 49.414,00 (quarenta e nove mil quatrocentos e quatorze reais); 10 - MEDICAL MERCANTIL DE APARELHAGEM MEDICA LTDA CNPJ: 10.779.833/0001-56 no valor de R$ 21.250,00 (vinte e um mil duzentos e cinquenta reais); 11 - MEGAMED COMERCIO LTDA CNPJ: 05.932.624/0001-60 no valor de R$ 22.367,44 (vinte e dois mil trezentos e sessenta e sete reais e quarenta e quatro centavos); 12 - NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA CNPJ: 75.014.167/0001-00 no valor de R$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais). VALOR GLOBAL DA RATIFICAÇÃO DA DISPENSA R$ 775.151,88 (setecentos e setenta e cinco mil cento e cinquenta e um reais e oitenta e oito centavos). A ratificação na íntegra encontra-se disponível na Unidade de Contratação Saúde, localizada na Av. Vera Cruz, nº 654, 3º Andar, Bairro São Francisco, Caruaru/PE - no horário das 07h às 13h, ou pelo telefone: (81) 3101-0238 - E-mail: **ucsaudecaruaru@gmail.com**.

Caruaru, 06 de fevereiro de 2025.
Nadja Kelly Martins Menezes Farias
Secretária de Saúde – SMS

PUBLIQUE O BALANÇO DA SUA EMPRESA NO DIARIO DE PERNAMBUCO.

VEICULAÇÃO LEGAL CERTIFICADA NO IMPRESSO E NO DIGITAL, COM MELHOR CUSTO-BENEFÍCIO!



Solicite uma proposta comercial:

81 2122.7892

depto.comercial@diariodepernambuco.com.br
comercial@diariodepernambuco.com.br

DIARIOdePERNAMBUCO



Eufrázio

2 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 07 de Fevereiro de 2025

Publicidade 07 02 2025

Assinaturas


DIARIO DE PERNAMBUCO SA:10803492000107
Certificado Digital
contato@diariodepernambuco.com.br
Assinou

Eventos do documento

07 Fev 2025
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - DIARIO DE PERNAMBUCO SA:10803492000107
Assinou Email: contato@diariodepernambuco.com.br. Dados do Certificado:
CN=DIARIO DE PERNAMBUCO SA:10803492000107, OU=videoconferencia,OU=22677427000161, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, L=RECIFE, ST=PE,O=ICP-Brasil, C=BR.

-



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL
Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**